

RONALDO DOS SANTOS CORREA

**FORMAÇÃO DE BLOCOS ECONÔMICOS: CRIAÇÃO E DESVIO DE COMÉRCIO
NO MERCOSUL NO PERÍODO DE 1985 A 2005**

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Mello Garcias.

CURITIBA

2007

TERMO DE APROVAÇÃO

RONALDO DOS SANTOS CORREA

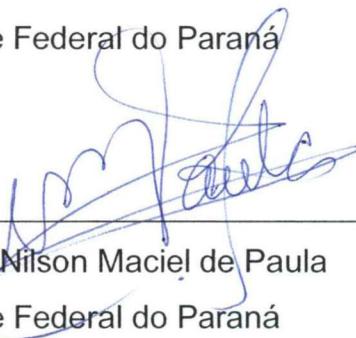
**FORMAÇÃO DE BLOCOS ECONÔMICOS: CRIAÇÃO E DESVIO DE COMÉRCIO
NO MERCOSUL NO PERÍODO DE 1985 A 2005**

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

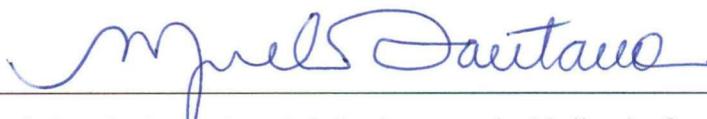
BANCA EXAMINADORA



Prof. Orientador: Paulo Mello Garcias
Universidade Federal do Paraná



Prof. Avaliador: Nilson Maciel de Paula
Universidade Federal do Paraná



Prof. Avaliadora: Ana Lúcia Jansen de Mello de Santana
Universidade Federal do Paraná

CURITIBA

2007

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho especialmente a minha esposa Priscilla Silveira Portugal, a minha filha Michelly e a meus pais, pois sem o apoio dos mesmos este momento não seria possível.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	V
LISTA DE QUADROS	VI
LISTA DE TABELAS	VII
1 APRESENTAÇÃO	1
2 OBJETIVOS	3
2.1 OBJETIVO GERAL	3
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	3
3 JUSTIFICATIVA	4
3.1 ESTÁGIO DO CONHECIMENTO DA PESQUISA	4
3.2 CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA PARA RESPONDER OS PROBLEMAS PROPOSTOS	4
3.3 RELEVÂNCIA SOCIAL DO PROBLEMA	5
3.4 MODIFICAÇÕES QUE PODERÃO SER SUGERIDAS COM O DESENVOLVIMENTO DO ASSUNTO	5
4 OBJETO	6
4.1 PROBLEMA	6
4.2 HIPÓTESE BÁSICA	7
5 EMBASAMENTO TEÓRICO	8
5.1 FASES DA INTEGRAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS	8
5.2 A TEORIA DA UNIÃO ALFANDEGÁRIA	10
5.3 EXPERIÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE A FORMAÇÃO DE BLOCOS ECONÔMICOS.....	16
6 METODOLOGIA	22
7 ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS DA UE E DO MERCOSUL	24
7.1 ORIGEM DA FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS.....	24
7.2 HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DO BLOCO DA UE	25
7.3 HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DO BLOCO DO MERCOSUL	29
8 ANÁLISE DAS POLÍTICAS COMERCIAIS ADOTADAS PELA UE E PELO MERCOSUL VISANDO A UNIFICAÇÃO DE SEUS MERCADOS INTERNOS E COMO FORMA DE CONTRIBUIR PARA A EFETIVAÇÃO DE SEUS BLOCOS ECONÔMICOS	32

8.1 POLÍTICAS COMERCIAIS ADOTADAS PELA UE PARA UNIFICAÇÃO DO MERCADO INTERNO E COMO FORMA DE CONTRIBUIR PARA A EFETIVAÇÃO DO BLOCO	32
8.2 POLÍTICAS COMERCIAIS ADOTADAS PELO MERCOSUL PARA UNIFICAÇÃO DO MERCADO INTERNO E COMO FORMA DE CONTRIBUIR PARA A EFETIVAÇÃO DO BLOCO	35
9 ANÁLISE DO FLUXO DE IMPORTAÇÕES DIRECIONADAS AO BRASIL PELO MERCOSUL E PELO RESTO DO MUNDO E MENSURAÇÃO DOS EFEITOS DA ZONA DE LIVRE COMÉRCIO EM TERMOS DE CRIAÇÃO E DESVIO DE COMÉRCIO	39
9.1 APRESENTAÇÃO	39
9.2 O MODELO	43
9.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	45
10 CONCLUSÃO	51
11 ANEXO I	53
12 ANEXO II	54
13 BIBLIOGRAFIA	62

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 5.0 - MERCADO DOMÉSTICO: ANÁLISE DE CRIAÇÃO E DESVIO DE COMÉRCIO ORIUNDOS DA QUEDA DE BARREIRAS	12
GRÁFICO 5.1 – MERCADO DOMÉSTICO: CRIAÇÃO DE COMÉRCIO SOBREPÕE O DESVIO DE COMÉRCIO	15
GRÁFICO 5.2 – MERCADO DOMÉSTICO: DESVIO DE COMÉRCIO SOBREPÕE A CRIAÇÃO DE COMÉRCIO	16
GRÁFICO 9.0 – INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO DE 1983 A 2003	41
GRÁFICO 9.1 – INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO COM O MERCOSUL DE 1983 A 2003	42
GRÁFICO 9.2 - FLUXO COMERCIAL BRASILEIRO NO MERCOSUL EM %	43
GRÁFICO 9.3 – COMPORTAMENTO DA PRODUÇÃO NACIONAL – 1985-2005.	47
GRÁFICO 9.4 – IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DO MERCOSUL – 1985 – 2005	48
GRÁFICO 9.5 – IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS PROVENIENTES DO RESTO DO MUNDO – 1985 – 2005	49

LISTA DE QUADROS

QUADRO 9.0 – EFEITOS DO LIVRE COMÉRCIO E SEUS CONDICIONANTES ..	45
QUADRO 9.1 – ANÁLISE DOS EFEITOS DO LIVRE COMÉRCIO	61

LISTA DE TABELAS

TABELA 8.0 – ESTIMATIVA DE INDICADORES DO MERCOSUL PARA 2007	35
TABELA 8.1 – COMPARAÇÃO DO MERCOSUL COM OUTROS BLOCOS ECONÔMICOS E OUTROS PAÍSES	38
TABELA 9.0 – PRODUÇÃO NACIONAL SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE EM US\$ MILHÕES	54
TABELA 9.1 - IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DO MERCOSUL	55
TABELA 9.2 – IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DO RESTO DO MUNDO	56
TABELA 9.3 – CONSUMO APARENTE BRASILEIRO	57
TABELA 9.4 – PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL NO CONSUMO APARENTE	58
TABELA 9.5 – PARTICIPAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DO MERCOSUL NO CONSUMO APARENTE	59
TABELA 9.6 – PARTICIPAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DO RESTO DO MUNDO NO CONSUMO APARENTE	60

1 APRESENTAÇÃO

A complexa organização dos Estados nacionais e o crescente nível de comércio entre os países, com diferentes políticas de comércio, diferentes moedas, diferentes idiomas e diferentes formas de organização política fez com que houvesse um esforço conjunto dos países em unirem-se para poder expandir seus mercados e promover o desenvolvimento econômico. Em busca de um denominador comum que pudessem organizar as atividades comerciais entre os países e que contribuísse para o fortalecimento dos mesmos, formaram-se os Blocos Econômicos ou Blocos Regionais.

Com a preocupação do fortalecimento das economias, as associações internacionais passaram a ser vistas como uma das formas para se atingir o crescimento e o desenvolvimento econômico. No pós 2ª Guerra Mundial, com o mundo polarizado entre duas superpotências (EUA capitalista e URSS socialista) e com a necessidade da reconstrução dos países europeus, essas associações de cooperação tomaram corpo e, sobretudo a formação de Blocos Econômicos passou a ser estudada e desenvolvida seu emprego com maior afinco.

As turbulências pelas quais o mundo passou como guerras, crises políticas, crises econômicas e outras, fizeram com que existisse uma crescente preocupação com a estabilidade das economias. Verificou-se que, quando existem políticas coordenadas de longo prazo, com estabilidade interna e ações combinadas em âmbito internacional (com os parceiros comerciais), as possibilidades dessas economias associadas verem-se em cenários instáveis são diminuídas. Com isso, os tratados e acordos ganham força e passam a ter maior emprego e, cada vez mais, se tornam mais importantes.

O planejamento para formação de um Bloco Econômico segue determinadas etapas que devem ser cumpridas por todos os países membros para a efetivação dos objetivos do Bloco. Existem diferentes blocos econômicos no mundo e estes apresentam diferentes etapas de aprofundamento das relações tanto políticas como comerciais, mas a importância da união dos países em torno de um Bloco Econômico já é percebida por todos os países do mundo.

Dentre os Blocos Econômicos existentes, podemos citar como o mais avançado o Bloco da União Européia (UE). Este desde sua formação apresentou as

preocupações já citadas e com a aplicação de seus governantes em cada vez mais aprofundar as relações dos países membros este bloco se apresenta como modelo aos demais de eficiência de uma regionalização econômica coesa e forte.

No caso brasileiro de preocupação e inserção no contexto mundial de formação de Blocos Econômicos, podemos citar o esforço na formação e sustentação do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), como tentativa de formar uma área de livre comércio e de futura integração econômica mais profunda. Tal mercado toma como base a UE mesmo que existam diferentes formas de organização e estágios de desenvolvimento das economias integrantes, tornando desta forma o processo de integração mais dificultoso, porém estas negociações abrem espaço para discussões futuras a respeito de um mercado comum no sul do continente americano.

O presente trabalho analisará o processo de formação dos blocos econômicos da UE e do MERCOSUL, como se organizam e evoluem seus mercados internos, as etapas da integração comercial e para o caso específico da associação comercial do MERCOSUL os ganhos de criação de comércio e perdas devido ao desvio do comércio.

2 OBJETIVOS

Neste capítulo será apresentado o objetivo do projeto de pesquisa, divididos em objetivo geral e objetivos específicos. Os objetivos específicos têm por meta alcançar a explanação do objetivo geral.

2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do projeto de pesquisa é analisar o processo de formação de blocos econômicos utilizando-se da abordagem de criação e desvio de comércio para o Mercosul no período de 1985 a 2005. Tal objetivo terá como base a Teoria da união alfandegária.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1º) Retrospectiva histórica da formação dos blocos econômicos da União Européia e do Mercosul.

3 JUSTIFICATIVA

3.1 ESTÁGIO DO CONHECIMENTO DA PESQUISA

Com a multiplicação dos acordos e dos blocos econômicos no pós segunda guerra mundial e, sobretudo no pós guerra fria, tem-se visto uma crescente tendência das nações em se organizarem em torno dos blocos econômicos. O que a maioria da população destes países se pergunta é até que ponto a associação comercial é benéfica.

O trajeto até o atual estágio do conhecimento sobre a formação de blocos econômicos nos mostra que o desenvolvimento e a crescente organização dos Estados em blocos regionais, foram os impulsionadores para que se começassem a serem desenvolvidas pesquisas para se tentar prever o comportamento e futuro dos blocos econômicos. Porém, como o bloco mais desenvolvido seria o bloco da UE só se podem traçar futuras etapas de integração na suposição de aprofundamento das relações entre os Estados membros do bloco.

3.2 CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA PARA RESPONDER OS PROBLEMAS PROPOSTOS

A presente monografia procurará através de uma revisão bibliográfica identificar uma corrente de pensamento que explica a formação de blocos econômicos e através desta orientar o desenvolvimento do trabalho. Contribuirá para identificar os fatores que são responsáveis pela decisão das economias nacionais em formarem tais blocos. Auxiliará a identificação dos benefícios a adesão desse tipo de comércio. Através de análise apropriada, demonstrará as principais diferenças entre a UE e o MERCOSUL, bem como irá relatar os possíveis caminhos a serem trilhados durante desenvolvimento da integração econômica (através das futuras etapas de integração).

3.3 RELEVÂNCIA SOCIAL DO PROBLEMA

Pode-se salientar que a pesquisa poderá contribuir para a orientação de concepções a cerca da organização das economias em torno de blocos econômicos. Do ponto de vista social, um dos aspectos que torna relevante a pesquisa é o fato da mesma poder auxiliar em uma linguagem acessível o entendimento acerca da vinculação teórica e prática da formação de blocos econômicos, através da análise de criação e desvio do comércio.

Assim, o leitor poderá estar mais subsidiado de informações que lhe permitam fazer uma análise crítica sobre o tema.

3.4 MODIFICAÇÕES QUE PODERÃO SER SUGERIDAS COM O DESENVOLVIMENTO DO ASSUNTO

Tal trabalho contribuirá para a análise de questões acerca de uma benéfica participação de uma economia em um bloco econômico, questões sobre tendências mundiais de formação de blocos econômicos bem como contribuirá para esclarecimentos sobre a incessante busca das economias nacionais pela expansão dos mercados.

Com o desenvolvimento e posterior conclusão do trabalho, o mesmo poderá contribuir para um enriquecimento sobre o tema. A conclusão do trabalho também subsidiará informações sobre a ótica de políticas comerciais adequadas para maximizar os benefícios e minimizar as perdas advindas da formação de blocos econômicos.

4 OBJETO

4.1 PROBLEMA

Este subcapítulo do projeto descreverá sobre a problemática do projeto e as hipóteses referentes à mesma. O levantamento da problemática surgiu das dúvidas sobre a formação de blocos econômicos e sua viabilidade, se existem mais ganhos ou mais perdas referentes à inserção de uma economia em um acordo de livre comércio. Para entender a abordagem deste problema se faz necessário o conhecimento do processo de formação de blocos econômicos.

A complexidade das relações internacionais e as barreiras impostas à comercialização de produtos entre as nações (como políticas protecionistas, barreiras sanitárias, culturais, etc.) se tornaram um dos principais entraves ao comércio internacional. Devido a este fato se recorre a tratados comerciais a fim de minimizar os obstáculos e dotar a permuta de bens, serviços e capitais cada vez mais da característica de não ter fronteiras (SAMPAIO & SALGADO, 1993).

Como visto, a formação de blocos regionais tornou-se importante com o passar dos anos para sobreviver na competição internacional, pois era necessário se organizar para ganhar mais mercado e ser competitivo internacionalmente. Estes objetivos teriam a característica de que isolados os países não ganhariam como ganham em ações em conjunto.

A partir do exposto acima, podemos formalizar uma série de questões que necessitariam de respostas para o esclarecimento do tema abordado, tais como: Quais são os fatores que influenciaram a formação do bloco da UE e do MERCOSUL? Para onde caminham as futuras etapas da integração econômica desses dois blocos? Quais são as diferenças fundamentais entre a UE e o MERCOSUL? A inserção de uma economia em um bloco econômico regional é benéfica?

Através das respostas encontradas para os questionamentos propostos, a monografia alcançará a meta de cumprir com os objetivos explicitados no item 2.

4.2 HIPÓTESE BÁSICA

Neste tópico lançaremos as hipóteses que poderão responder as questões formuladas no item anterior.

Para a primeira questão: Quais são os fatores que influenciaram a formação do bloco da UE e do MERCOSUL? Colocaremos como respostas, *a priori*, as questões históricas relativas a evolução das economias envolvidas nos blocos, como participação em guerras, necessidades de importação e exportação de produtos, proximidade e facilidade na negociação com países vizinhos e participação no comércio mundial.

A segunda questão: Para onde caminham as futuras etapas de integração econômica desses dois blocos? Podemos colocar como hipótese a união política e monetária do bloco. O estudo das etapas de integração econômica nos demonstrará as fases pelas quais os blocos econômicos passam até conseguirem um grau de aprofundamento de suas relações chegando ao estágio de uma Integração econômica total.

A terceira questão: Quais são as diferenças fundamentais entre o bloco da UE e o MERCOSUL? A hipótese desta questão seria as diferenças estruturais de cada país componente do bloco, tamanho do mercado consumidor, PIB, características de consumo, barreiras culturais, etc. Outras hipóteses são as questões políticas, que impactam nas expectativas de ganhos ou perdas com a formação de blocos econômicos, pois ações que dêem bons olhos ao mercado internacional das políticas públicas adotadas internamente, certamente trarão a amostra à confiabilidade no país no esforço no cumprimento dos acordos externos. A preocupação dos países membros dos blocos econômicos em efetivar as metas propostas nos revela que os blocos são grandes acontecimentos e que ditarão o futuro da organização econômica mundial.

“Eu gostaria de dizer que esses grandes blocos econômicos – megabloques – são um dos fenômenos mais interessantes do nosso tempo e hoje se apresentam talvez como as formas mais dinâmicas de associação internacional.” (SAMPAIO & SALGADO, 1993, p. 61)

Para a última pergunta: A inserção de uma economia em um bloco econômico regional é benéfica? Na análise do problema proposto temos como hipótese à

possibilidade dos ganhos com a formação dos blocos econômicos sobrepor as perdas. O fato da formação do bloco revelaria uma criação do comércio oriundo da queda de barreiras comerciais ou geraria perdas referentes ao desvio do comércio oriundos dos recursos que eram antes aplicados ao mercado externo e que agora são desviados para o parceiro comercial, mesmo que este apresente custos mais elevados (KINDLEBERGER, 1974).

5 EMBASAMENTO TEÓRICO

5.1 FASES DA INTEGRAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS

Para a confecção da monografia será utilizado o conhecimento sobre as fases de formação de um bloco econômico. Tal conceito surgiu de estudos acerca da evolução, ou fases, pelas quais a associação comercial deve atingir para que haja efetivamente uma união político-econômica.

Existem várias abordagens quanto as fases da integração, até mesmo abordagens que as qualificam como fases perfeitas ou imperfeitas devido ao fato de terem ou não efetivados todos os pré-requisitos da fase. No presente trabalho será adotada a divisão das fases proposta por Moreira, que as apresenta da seguinte forma:

- Primeiro estágio: zona de livre comércio;
- Segundo estágio: união aduaneira;
- Terceiro estágio: mercado comum;
- Quarto estágio: união monetária;
- Quinto estágio: união política.

O primeiro estágio de zona de livre comércio pressupõe um acordo entre os países integrantes de que as tarifas e outras barreiras alfandegárias seriam eliminadas, criando desta forma uma área com livre circulação de bens originados dos países integrantes.

Como segundo estágio, temos a união aduaneira que é um aprofundamento das relações comerciais entre os países membros, uma vez que denota a adoção de uma política tarifária comum com relação a outros países não membros. Esta fase é

de implantação de uma tarifa externa comum (TEC) que fará com que estas nações comecem um processo de união de mercados.

O terceiro estágio, mercado comum, considera a fusão das duas fases anteriores adicionando a estas a livre circulação do fator capital, fator trabalho e da prestação de serviços.

Esta etapa é de grande importância para a efetivação do bloco, pois é a partir desta fase que podemos visualizar a interação do mercado do bloco em termos de absorção de choques externos e da mobilidade de fatores.

Considera-se que quando passa a existir um mercado comum, os países membros devem absorver estímulos externos de maneira semelhante. Podemos citar como exemplo destes estímulos externos, choques de preços como um aumento do preço do barril de petróleo no mercado internacional, caso haja efetivamente um mercado único os países membros sofrerão as mesmas implicações, caso contrário, existirão países que ganharão com este advento tendo um crescimento econômico e aumento de empregos e países que perderão tendo recessão e desemprego. Este efeito poderá em parte ser amenizado com a livre circulação no mercado do fator trabalho que alocará os desempregados do país que saiu perdendo no país que ganhou com a alta dos preços do petróleo (MAIA, 2007).

Com a mobilidade do fator capital, fator trabalho e da prestação de serviços será permitido uma menor assimetria no mercado, diminuição das falhas de mercado, equalização dos preços relativos dos fatores e serviços. Este processo criará condições para o lançamento de uma moeda comum.

A quarta etapa de união monetária implica em uma adoção de uma moeda comum que facilitará a permuta de bens e serviços. A adoção de uma moeda única possibilitará uma maior transparência das negociações, focalizará no controle da estabilidade da moeda, equalização de preços e maior controle na coordenação de políticas macroeconômicas por parte da autoridade monetária.

Com a adoção de uma moeda comum está intrínseca a inserção de um Banco Central Comum, que regulará a emissão da nova moeda e que será o futuro articulador das políticas macroeconômicas.

O advento da nova moeda trará maior credibilidade aos contratos dentro do bloco, uma vez que, a responsabilidade sobre o controle da estabilidade monetária partiria de um órgão que regira a política em todo o bloco. Tal fato fomentará as

relações comerciais em virtude da diminuição dos riscos e contribuirá para a unificação do mercado financeiro.

Tal fase, como uma superposição das anteriores, criará condições para uma efetivação de um mercado único com pleno funcionamento dos mecanismos de mercado, isto implicará em um maior dimensionamento sócio-econômico, estreitamento das relações econômicas, estreitamento do intercâmbio sócio-cultural, e talvez, na fusão dos mesmos criando as bases para uma integração política.

A quinta etapa, união política, implica em uma unificação dos interesses do bloco. Questões relacionadas às relações internacionais, defesa, segurança interna e externa seria regidos de maneira unificada.

Esta fase pressupõe que as legislações dos Estados já foram assemelhadas permitindo o lançamento de uma carta magna do bloco e que o funcionamento dos três poderes já ganhou maturidade o suficiente e que as instituições supranacionais, estão prontas para a integração total.

A união política seria a agregação às identidades nacionais de um cidadão novo, o cidadão do bloco, a partir deste momento os cidadãos que já vinham obtendo uma série de prerrogativas passariam a ter todos os direitos e deveres dentro dos países integrantes bloco. Seria a fase em que os órgãos supranacionais regeriam as relações sócio-econômicas e que os Estados adotariam o acervo comunitário e a este estariam sujeitos.

5.2 A TEORIA DA UNIÃO ALFANDEGÁRIA

A análise proposta sobre a formação de blocos econômicos, terá como referencial teórico a Teoria da União Alfandegária. Tal teoria é um ferramental importante para se identificar a criação e desvio de comércio originados da efetivação da zona de livre comércio.

“O estudo da integração econômica após a Segunda Guerra Mundial começou com a obra de Viner, *The Customs Union Issue*, e especialmente com os conceitos de criação e diversão do comércio.” (KINDLEBERGER, 1974, pg. 201)

Com o desenvolvimento dos estudos de Viner, a teoria da união alfandegária nos revela como as políticas de formação de blocos podem influenciar os mercados onde os países componentes do bloco atuam.

Para ilustrarmos e com o intuito de facilitar o entendimento sobre a teoria alfandegária, será abordada a questão sob a ótica do equilíbrio parcial de um bem em um país que será chamado de doméstico, um parceiro comercial rotulado de país B e o resto do mundo.

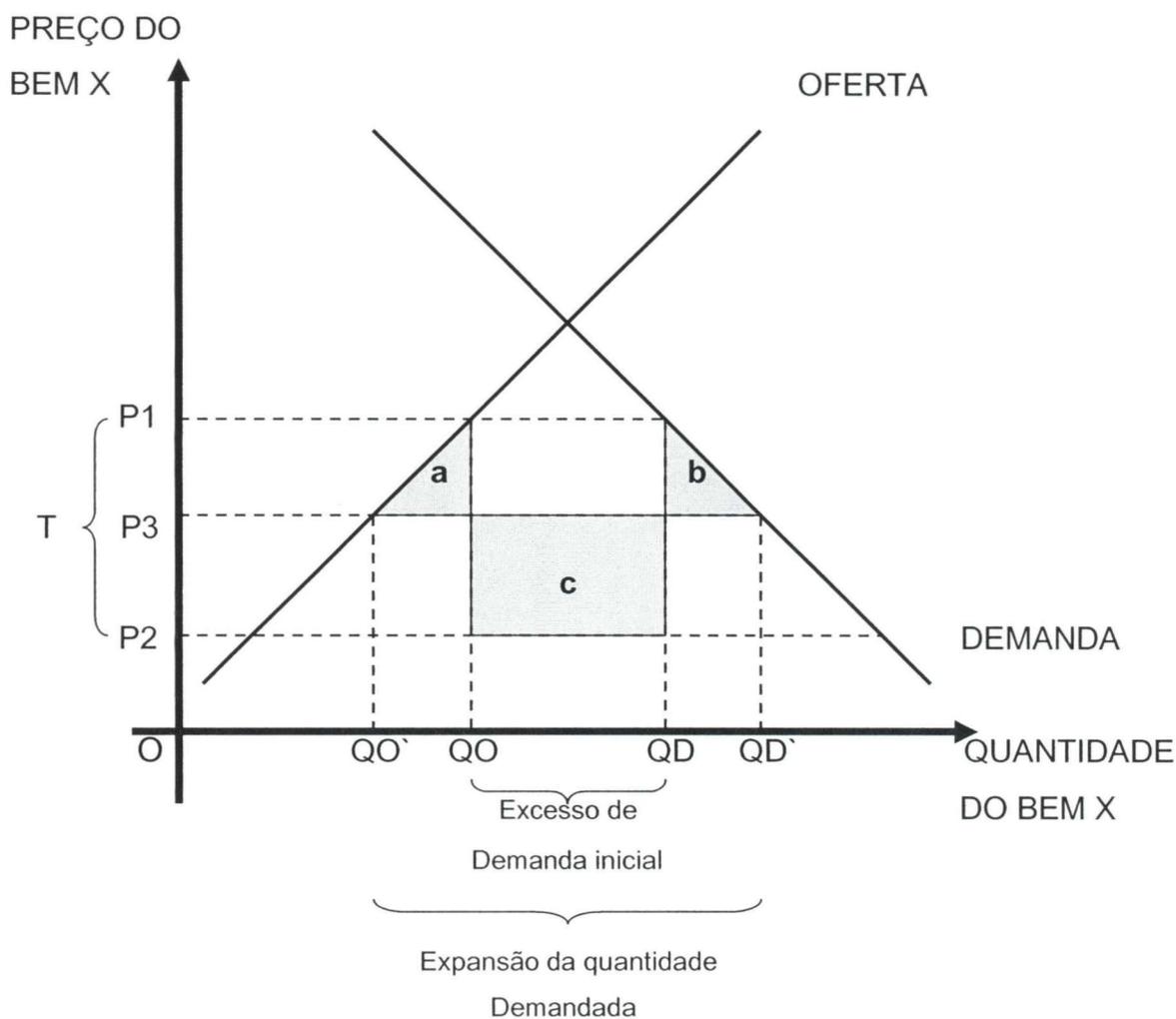
Para começarmos a análise da teoria da união alfandegária sob a ótica do equilíbrio parcial de um bem, se utilizarão dois pressupostos:

- Que o preço no resto do mundo que comercializa com o país doméstico é fixado em OP2 (gráfico 5.0), ou seja, não sofre variações, sendo a oferta proveniente deste mercado totalmente elástica ao preço.
- Que o preço praticado pelo parceiro comercial, país B, é fixado ao nível OP3 (gráfico 5.0), ou seja, não sofre variações, sendo a oferta proveniente deste país totalmente elástica ao preço.

Com o embasamento dos pressupostos acima mencionados e como mostrado no gráfico 5.0, o país doméstico comercializa o bem X ao nível de preços P1 (preço que prevalece no mercado interno) sendo estimulado a ofertar QO e demandar QD, assim recorre ao comércio externo para satisfazer o excesso de demanda e importar QD-QO.

No mercado externo, o bem X é vendido ao preço P2, então o país doméstico importa QD-QO do bem X e para garantir o nível de preços P1 aos produtores internos, cobra a tarifa T dos produtos importados. Com a tarifa T cobrada de todos os produtos importados, o comércio do país doméstico é estabelecido com o resto do mundo, pois o país B devido a incorporação a seu produto da tarifa T não consegue comercializar com o país doméstico.

GRÁFICO 5.0 - MERCADO DOMÉSTICO: ANÁLISE DE CRIAÇÃO E DESVIO DE COMÉRCIO ORIUNDOS DA QUEDA DE BARREIRAS



FONTE: NONNENBERG & MENDONÇA

Devido a políticas comerciais, o país doméstico firma um acordo de livre comércio com o país B. Em nosso caso o país B possui preço mais elevado do que P2 representado por P3, com a queda de barreiras tarifárias e com o acordo de cooperação econômica entre o país doméstico e o país B, as importações que antes provinham do resto do mundo passam a ser importadas de B, mesmo que este país tenha um custo mais elevado e seja menos eficiente na produção de X.

NONNENBERG E MENDONÇA (1999, pg. 1) referem-se a criação e desvio de comércio da seguinte forma:

... a criação de comércio ocorre quando o estabelecimento de uma zona de livre comércio, na medida em que anula as tarifas de importação intra-regionais, resulta no deslocamento da produção doméstica para importações oriundas de um dos membros do bloco. Já o desvio de comércio é observado quando há um deslocamento das importações de um país fora do bloco para um pertencente ao bloco. Isso ocorre em razão de a eliminação das tarifas intrabloco tornar alguns produtos de um país pertencente ao bloco, e menos eficiente na sua produção, mais barato do que os produzidos em terceiros países. No primeiro caso, há aumento de bem-estar na medida em que é trocado um produtor menos eficiente – doméstico – por um mais eficiente. No segundo caso, há perda de bem-estar pois a troca foi de um produtor mais eficiente por um menos eficiente.

Quando o bem X entra no mercado doméstico ao preço P3, os produtores domésticos terão de reduzir seus preços ao nível de preços P3, pois caso contrário os residentes irão comprar somente do país B. Após este movimento serão estipulados novos níveis de oferta (QO') e de demanda (QD') no país doméstico, gerando uma necessidade de importação do bem X maior que a necessidade anterior ($QD' - QO' > QD - QO$).

O nível de importação maior virá todo do parceiro, já que a tarifa T é aplicada a todos que não fazem parte do bloco. Temos neste caso que os triângulos a e b, representam os ganhos com criação de comércio entre os países formadores da área de livre comércio. O comércio se expande, antes era QD-QO para QD'-QO'. A criação de comércio pode ser decomposta em dois efeitos, o primeiro fruto da queda na produção doméstica e o segundo fruto do aumento do consumo.

A queda da produção doméstica de QO para QO' representa um ganho de bem-estar para o país doméstico, uma vez que, se tivesse que produzir a quantidade QO-QO' teria um custo expresso pela área $[(QO - QO') * OP1] / 2$, como tal quantidade é importada do parceiro comercial, o custo de produzir localmente que é transferida para o parceiro comercial na forma de pagamento pela importação, é expresso pela área $(QO - QO') * OP3$. Sendo assim, a diferença entre estas duas áreas citadas representado pela área "a", revela o ganho de criação de comércio (gerou poupança em virtude da diminuição do gasto), pois se o país doméstico tivesse que produzir a quantidade QO-QO', ao invés de importá-la, estaria incorrendo em um custo maior.

O outro efeito da criação de comércio, o efeito aumento no consumo, também gera maior nível de bem-estar. Devido a queda dos preços do bem X de OP1 para

OP3, a demanda no país doméstico se expande na quantidade $QD'-QD$, se não existisse o acordo de livre comércio, a este incremento da demanda os consumidores estariam dispostos a pagar a quantidade expressa pela área $[(QD'-QD)*OP1]/2$, como há uma zona de livre comércio o custo da maior demanda passa a ser $(QD'-QD)*OP3$. A diferença das duas áreas, expresso pela área “b”, revela o ganho de bem-estar oriundo da criação de comércio, pois se pagará menos pelo incremento da demanda do que os residentes estão dispostos a pagar.

A área $(QO-QO')*OP3$ irá representar os recursos que anteriormente eram usados para se produzir no país doméstico e que agora são usados na produção no parceiro comercial (país B). Já a área $(QD'-QD)*OP3$ é a representação do gasto de consumo transferido do mercado interno para o país B.

Esta interação no mercado gera um peso morto oriundo do desvio do comércio entre o país doméstico e o resto do mundo, que possui fontes mais baratas do bem X, para o comércio entre o país doméstico e o país B (parceiro comercial) de fontes mais caras do bem em questão. Antes do livre comércio o custo de importação de $QD-QO$ era expresso pela área $(QD-QO)*OP2$ (valor pago pelas importações do resto do mundo) e pela área $(QD-QO)*(OP1-OP2)$ que é o valor apropriado pelo país doméstico em forma de tributos. Após a adoção da área de livre comércio o custo de importar $QD-QO$ passa a ser $(QD-QO)*OP3$, o pagamento das importações (agora do parceiro comercial) aumentou devido ao desvio de comércio e é expresso em termos de perda de bem-estar pela área “c” $(QD-QO)*(OP3-OP2)$, que é a diferença entre o valor pago as importações de um produtor mais eficiente (antes da formação do bloco) e o valor pago as importações de um produtor menos eficiente membro do bloco.

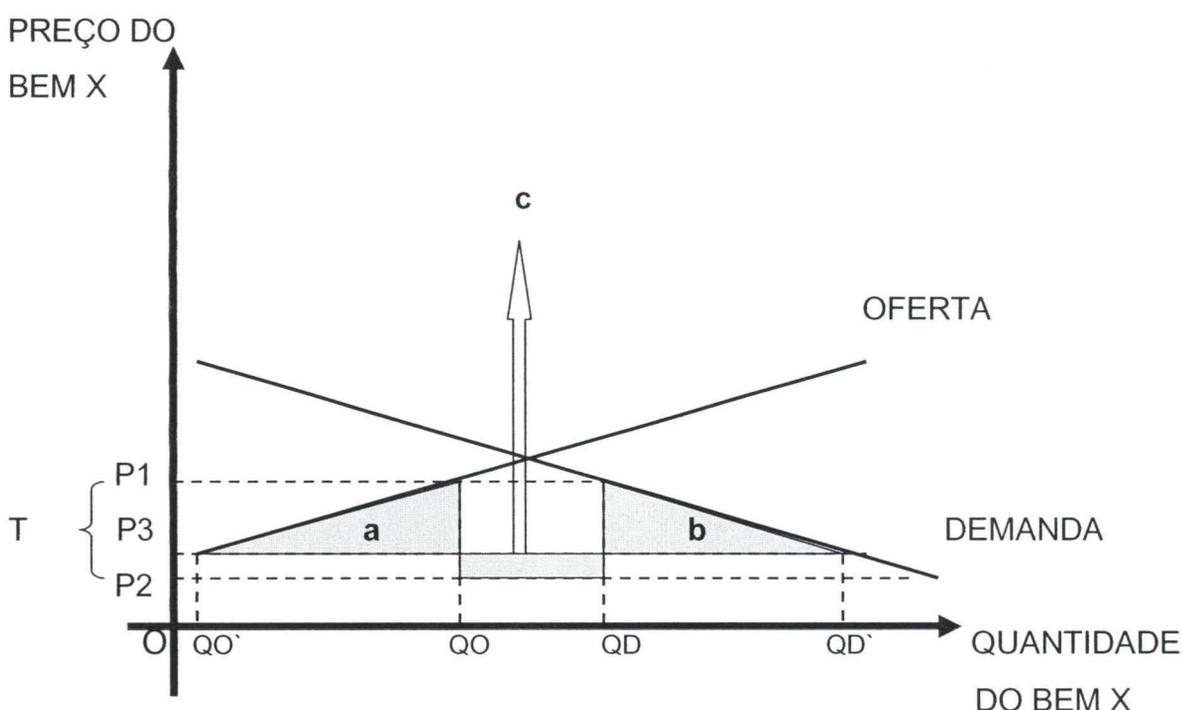
Depois da adoção ao livre comércio, a receita que o governo recebia com T, expresso pela área $(QD-QO)*(OP1-OP2)$ passa a ter seu equivalente usado em parte para reduzir os preços aos consumidores internos e parte vai para pagar os produtores no país B.

“O efeito líquido sobre o bem-estar oriundo do processo de integração comercial pode ser obtido pela diferença entre o ganho de bem-estar gerado pela criação de comércio e a perda de bem-estar, ocasionada pelo desvio de comércio.” (NONNENBERG & MENDONÇA, 1999, pg. 3)

Para sabermos as proporções entre ganhos e perdas originários das quedas de barreiras comerciais, temos que entender que é uma questão vinculada diretamente com as elasticidades das curvas de oferta e demanda dos produtos.

Do ponto de vista do país doméstico, quanto mais elásticas em relação ao preço forem as curvas de oferta e demanda e tanto maiores forem os diferenciais de custos entre o país doméstico e o país B e tanto menores as diferenças de custo entre este e o resto do mundo os ganhos originados do acordo comercial superarão as perdas, conforme mostrado no gráfico 5.1.

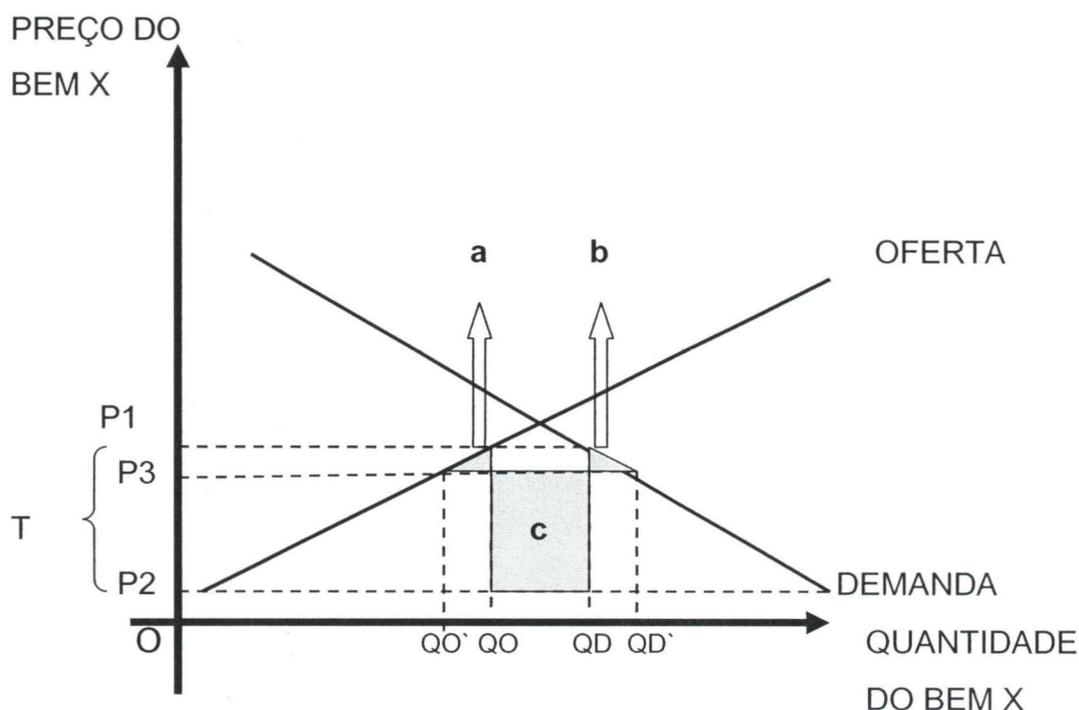
GRÁFICO 5.1 – MERCADO DOMÉSTICO: CRIAÇÃO DE COMÉRCIO SOBREPÕE O DESVIO DE COMÉRCIO



FONTE: NONNEMBERG & MENDONÇA

Quanto menos elásticas em relação ao preço forem as curvas de oferta e demanda do país doméstico, quanto menores forem as diferenças de custo entre o país doméstico e o parceiro comercial (país B) e tanto maiores forem as diferenças de custo entre o país B e o resto do mundo, mais as perdas de desvio do comércio superarão os ganhos da criação de comércio, conforme o gráfico 5.2.

GRÁFICO 5.2 – MERCADO DOMÉSTICO: DESVIO DE COMÉRCIO SOBREPÕE A CRIAÇÃO DE COMÉRCIO



FONTE: NONNEMBERG & MENDONÇA

5.3 EXPERIÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE A FORMAÇÃO DE BLOCOS ECONÔMICOS

Neste tópico serão mostrados estudos já feitos a respeito da formação de blocos econômicos e a vinculação teórica e prática adotada em tais trabalhos. As apresentações das pesquisas são de fundamental importância para o direcionamento da metodologia a ser adotada na confecção da monografia.

Abaixo serão mostrados os seguintes trabalhos:

1) O Mercosul, trabalho de autoria da Enciclopédia Digital – Direitos Humanos.

2) Ortodoxia e heterodoxia na discussão sobre integração regional: a origem do pensamento da CEPAL e seus desenvolvimentos posteriores. Autoria: Adriana M. Amado e Maria de Lourdes R. Mollo.

3) Medindo o grau de globalização da Economia – 1990 / 1998. Autoria: José Roberto Securato e Edson Ferreira de Oliveira.

4) A CEPAL e a integração regional latino-americana. Autoria: Jacqueline A. Hernández Haffner.

A primeira pesquisa analisou o processo de formação do Mercosul. Tal análise teve como abordagem um aprofundamento do entendimento do papel das instituições do Mercosul e para isso foram observados os acordos firmados entre os países membros. Também se focalizou os acordos como resultado de um processo de aprendizagem dos blocos econômicos existentes. Este processo de aprendizagem teve origem com o acompanhamento das fases de integração de blocos mais adiantados e serviu de baliza para os acordos firmados pelo Mercosul.

O trabalho teve como objetivo esclarecer e divulgar a estrutura organizacional do Mercosul e suas diferentes atribuições para efetivação de uma zona de livre comércio no cone sul do continente americano. Para se alcançar o objetivo proposto o autor utilizou uma análise dos tratados efetuados entre os Estados membros e o grau de comprometimento destes na efetivação de tais tratados.

A abordagem cronológica utilizada juntamente com observações empíricas nas economias ressaltou os impactos das políticas comerciais adotadas nas variáveis econômicas chaves. Esta abordagem também permitiu fazer constatações e delimitar as fases de integração do bloco do Mercosul.

A metodologia adotada foi o estudo do caso do Mercosul em uma abordagem institucional com análises de contratos (análise dos Tratados). Nesta abordagem metodológica delimitou-se o estudo do trabalho com o início na criação do Mercosul em 1991 e término na assinatura do protocolo de Ouro Preto em 1994.

A pesquisa teve como embasamento teórico o institucionalismo econômico. O autor utilizou diretrizes e pressupostos da escola institucionalista, vindo a revelar em seu trabalho a importância das instituições no desenvolvimento das relações sociais e conseqüentemente no progresso econômico.

A escola institucionalista tem por base a análise das instituições para explicar o grau de solidez estrutural de uma sociedade, isto foi exposto na pesquisa sobre o Mercosul. As observações sobre as instituições criadas no Mercosul para gerenciamento de suas atividades revelam o grau de coesão do bloco e ajudam a direcionar os caminhos a serem seguidos para se obter uma estrutura sólida e assim diminuir as incertezas nas políticas comerciais do bloco.

O autor concluiu que o Mercosul apresenta debilidades de cooperativismo, pois se exige em um acordo de formação de bloco econômico muito sacrifício, encargos, mudanças de mentalidades e maturidade política. Tais exigências aguçam a desconfiança dos Estados-membros e compromete a integração econômica do bloco. As debilidades apresentadas de certa forma são estágios que serão superados, mas ações direcionadas para a superação de tais debilidades ajudariam a acelerar o processo de integração do mercosul.

A segunda pesquisa analisada, em que as autoras Adriana M. Amado e Maria de Lourdes R. Mollo analisam e criticam as origens da discussão sobre integração econômica para a América Latina. Mostram os questionamentos que surgem no estudo do tema, sobretudo os questionamentos associados ao pensamento da CEPAL.

A CEPAL enquanto instituição criada para se buscar alternativas para o desenvolvimento da América Latina, procurou enquadrar a tendência mundial da associação comercial em torno de blocos econômicos às necessidades e peculiaridades do caso da América Latina.

As autoras tiveram por objetivo promover discussões sobre o processo de formação de blocos econômicos para o caso da América Latina. Para isto utilizou-se de vasto conhecimento teórico, associou-se o pensamento cepalino as correntes teóricas ortodoxas e heterodoxas no que tange a formação de blocos econômicos.

O ponto de vista heterodoxo revelado pelos autores, reside no fato de este encarar a associação comercial para a América Latina defendendo alguns pontos de vista, por exemplo:

- Protecionismo comercial para assegurar o desenvolvimento interno de alguns setores antes de deixá-los concorrer sem barreiras com os integrantes do bloco;
- Respeitar as diferenças estruturais, tanto econômicas quanto sociais;
- Promover um desenvolvimento eqüitativo e gradual das economias associadas defendendo a intervenção governamental para diminuir as diferenças entre os Estados;

Já a ortodoxia mencionada, reside no fato de analisar o processo de formação dos blocos de um ponto de vista neoclássico, sem intervenções governamentais e com pleno funcionamento das forças de mercado.

A metodologia utilizada neste trabalho foi à análise da fundamentação teórica, recorrendo-se às teorias cepalinas, teorias heterodoxas e teorias ortodoxas na tentativa de enriquecer os debates sobre o tema. Desta forma, a metodologia procura sob o aspecto da formação de blocos econômicos, analisar a teoria cepalina entre os anos de 1950 a 1970 sob pontos de vista ortodoxos e heterodoxos.

Para o embasamento teórico, adotou-se a tese de integração da CEPAL como orientadora do artigo e essa foi abordado sob os pontos de vista ortodoxo e heterodoxo. Assim procurou-se ter uma visão crítica do processo de formação de blocos econômicos sob a égide cepalina.

As autoras concluíram com o trabalho a importância da intervenção estatal e as preocupações na flexibilização da integração para garantir as prioridades específicas de cada Estado-membro. O texto também forneceu melhores instrumentos políticos para os problemas da vulnerabilidade externa e as desigualdades entre os Estados.

O terceiro trabalho feito por José Roberto Securato e Edson Ferreira de Oliveira, mostra que nos anos 90 ocorreu um fenômeno marcado por um nível elevado de globalização, tal nível foi mensurado por um modelo matemático (modelo de Securato) que vincula estatística a correlações dos retornos dos ativos-países componentes dos blocos econômicos. O nível de globalização é traçado como sendo o conjunto de ações dos países dentro de blocos econômicos e que impacta numa inter-relação globalizada.

Com o processo de globalização em curso a partir dos anos 80 e com a crescente integração dos países surge uma necessidade de mensuração deste fenômeno. Para a análise adota-se o modelo de Securato (1997), que considera como variável independente o fluxo de capitais. A ótica seria encarar que o fluxo de capitais se movimentará de acordo com os riscos e retornos dos países, assim sendo, o modelo considera cada país como um ativo (ativo-país) que receberá os recursos podendo valorizar-se à medida que tais recursos ingressem. A análise das correlações dos retornos possibilitará verificar a integração dos países.

O trabalho procurou comparar o nível de integração entre três grupos: bloco americano, bloco europeu e bloco asiático. O estudo destes grupos revelou o grau de integração e o potencial de cada região, sendo eleitos os seguintes países para representarem os blocos.

- Bloco americano: Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos e México.
- Bloco europeu: Alemanha, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Suécia e Suíça.
- Bloco asiático: Coréia, Hong Kong, Japão, Malásia, Cingapura, Tailândia e Taiwan.

O estudo revelou que o nível de globalização para o caso americano é crescente no período de análise. Já o bloco europeu apresentou um nível de integração estacionário em nível elevado, o bloco asiático apresentou uma tendência de queda nos primeiros anos vindo a ter um rápido aumento e a alcançar um estágio também estacionário no final do período com nível considerado elevado.

O último trabalho analisado, apresenta os aspectos para promover a integração da América Latina sob o ponto de vista da CEPAL. Para isto analisa a evolução das idéias cepalinas desde 1948 até 1990.

A CEPAL, analisando a tendência mundial da formação de blocos econômicos, realizou trabalhos com o objetivo de denotar os benefícios decorrentes deste fenômeno. A autora do trabalho, Jacqueline A. Hernández Haffner, procurou demonstrar a evolução do pensamento da CEPAL classificando as idéias integracionistas cepalinas em três frentes principais:

- A primeira ótica por volta dos anos 50;
- A segunda ótica dos anos 50 a 80;
- A terceira ótica proposta na década de 1990.

Utilizando-se de metodologia comparativa entre os períodos abordados, a autora caracteriza alguns tópicos fundamentais.

As primeiras idéias cepalinas quanto à integração econômica, por volta dos anos 50, nos remete a abordagem centro-periferia em que as economias latino-americanas estariam fadadas ao déficit comercial devido à característica de suas exportações (cuja demanda expande-se lentamente) e de suas importações (cuja demanda expande-se rapidamente).

Devido à falha do modelo de substituição de importações, começou a se pensar na integração latino americana para poder concorrer internacionalmente e isso deveria se dar através de uma integração regional progressiva e através de políticas de incentivos. A integração seria necessária à substituição de importações.

Já o estudo sobre a ótica integracionista entre 1950 e 1980 mostra que nesta fase procurou-se ultrapassar os empecilhos à integração regional. A importância da integração era um fato, porém os obstáculos de caráter estrutural de ordem política e conjuntural foram grandes problemas para uma efetiva integração comercial. O passado histórico, diferentes estruturas político comerciais, diferentes graus de desenvolvimento e pobreza dificultaram a colocação de políticas em conjunto pelos países membros.

Por volta dos anos 70 com a crise do petróleo, os países latinos tiveram problemas com a dívida externa e com o fluxo de capitais deixando as economias latino-americanas muito dependentes de fatores exógenos dificultando a integração.

Exemplo do esforço latino para a integração neste período é a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC) e o Mercado Comum Centro Americano (CARICOM). Tais exemplos esbarraram nas diferenças estruturais existentes entre os países e não puderam ter o êxito esperado.

A partir dos anos 90 com a retomada da integração, a Cepal desenvolveu uma nova proposta: *“Transformación productiva com equidad. La tarea prioritaria Del desarrollo de America Latina y el caribe en los años noventa”* (CEPAL 1990). A proposta seria uma análise dos problemas vividos durante os anos 80 com enfoque na ótica integracionista cepalina. Apresenta uma visão não estatizante, globalizada, com inserção da América Latina e continua a insistir no Estado participando da vida econômica, mas no livre mercado.

6 METODOLOGIA

O presente trabalho de pesquisa utilizará como metodologia a análise comparativa da formação dos blocos econômicos da UE e do Mercosul.

No capítulo 7 – ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS DA UE E DO MERCOSUL – será utilizado como método de pesquisa o método observacional. Tal ótica faz parte dos métodos discretos da ciência que são procedimentos que além da base lógica ou metodológica utilizam-se da orientação técnica.

O método observacional é de natureza empírica e sensorial. Supõe-se a observação dos aspectos essenciais e acidentais do fenômeno empírico, objeto de estudo, a tais aspectos dá-se o nome de fatos.

No capítulo 8 – ANÁLISE DAS POLÍTICAS COMERCIAIS ADOTADAS PELA UE E PELO MERCOSUL VISANDO A UNIFICAÇÃO DE SEUS MERCADOS INTERNOS E COMO FORMA DE CONTRIBUIR PARA A EFETIVAÇÃO DE SEUS BLOCOS ECONÔMICOS – será utilizado o método de pesquisa comparativo, que também faz parte dos métodos discretos.

O método comparativo, neste caso, pressupõe o confronto de dois fenômenos sociais. Estabelece-se o estudo das semelhanças e diferenças dos fenômenos e utiliza-se de exame dos casos, analogias e leis que são significativas ao estudo.

Para o desenvolvimento do segundo capítulo, serão utilizadas as comparações entre as políticas adotadas pelos dois blocos, UE e Mercosul, e os determinantes de tais políticas para que se possa entender a estrutura e o rumo adotado pelos blocos no decorrer de suas existências. A comparação das fases da integração comercial estará presente na análise e será de fundamental importância para o entendimento do tema.

Pela análise das fases de integração comercial, o trabalho mostrará as etapas do processo de formação de blocos econômicos e comparará as fases atingidas pela UE e pelo Mercosul. As políticas comerciais adotadas para unificar o mercado e para efetivação do bloco terão atenção especial.

Já no capítulo 9 – ANÁLISE DO FLUXO DE IMPORTAÇÕES DIRECIONADAS AO BRASIL PELO MERCOSUL E PELO RESTO DO MUNDO E MENSURAÇÃO DOS EFEITOS DA ZONA DE LIVRE COMÉRCIO EM TERMOS DE CRIAÇÃO E DESVIO DE COMÉRCIO - se utilizará o método experimental, que por sua vez integra os já apresentados métodos discretos.

O método experimental é aquele em que se manipulam variáveis de forma pré-estabelecida e controla seus efeitos para descobrir relações causais e para se obter a demonstração do fenômeno em questão.

A partir do modelo de Viner (1950) inúmeras foram as formas criadas de se medir os impactos da associação comercial. Neste capítulo o modelo utilizado para se mensurar os efeitos da associação comercial foi proposto pela CEPAL (1998e, citada por Sabbatini, 2001), assumindo uma análise descritiva na tentativa de captar efeitos dinâmicos da integração, além da centralização da criação ou desvio de comércio, ou ainda, como forma alternativa à complexidade dos modelos econométricos. Como afirma Sabbatini (2001):

“Entretanto, novos desdobramentos teóricos sobre comércio internacional, centrados em modelos com economias de escala e diferenciação de produto, passam a minimizar a importância da discussão sobre desvio de comércio.” (SABBATINI, 2001, pg. 77)

A metodologia adotada pela CEPAL agrupa os setores conforme suas participações na produção interna e no consumo aparente, participação das importações dos membros do bloco no consumo aparente e participação das importações do resto do mundo no consumo aparente. A interação destas variáveis ao longo do período analisado irá denotar os efeitos da associação comercial, sendo estes efeitos classificados em:

- Substituição de importações;
- Substituição por importações extra-bloco;
- Desvio de comércio;
- Criação e abertura;
- Criação de comércio.

Os condicionantes da interação das variáveis que estabelecerão suas classificações serão apresentadas no decorrer do capítulo 9.

7 ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS DA UE E DO MERCOSUL

7.1 ORIGEM DA FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS

Para entender como surgem os blocos econômicos, é importante enquadrar o bloco na conjuntura da época de seu surgimento e decifrar as inter-relações político-econômicas que são determinantes para a efetivação de um mercado regional.

No caso da UE, por volta dos anos 1950, existia um contexto de final de guerra, com países destruídos pelos combates, economias fragilizadas e ambiente de extrema instabilidade. Neste mesmo cenário tem-se a institucionalização de organismos responsáveis para assegurar a paz no continente europeu, investimentos externos para reconstrução européia e necessidade do fortalecimento do mercado europeu.

O passo inicial foi dado por alguns países que vislumbraram a necessidade de se unirem para poderem ser fortes, surgem então as primeiras idéias relativas ao lançamento de um mercado comum europeu oriundo da necessidade de assegurar a paz, fortalecer os mercados e promover o desenvolvimento europeu.

“Quando falamos sobre a CECA, que com o tempo se transformou em União Européia, vimos que os países membros substituíram as rivalidades históricas por uma fusão de interesses.”(MAIA, 1994, pg.185)

No caso do Mercosul, houve como primeiro contato a CEPAL, que nos anos 60 encarava o problema de subdesenvolvimento da região latino-americana como crônica. A CEPAL surge como berço teórico das soluções dos problemas da América Latina.

Com os estudos cepalinos bem como a preocupação dos governos com o crescimento e desenvolvimento econômico, existiu a institucionalização da Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC) que mais tarde foi substituída pela Associação Latino Americana de Integração (ALADI) que puderam dar estrutura e amadurecimento para o lançamento de um mercado comum no cone sul do continente americano. Este caso também se revela como uma necessidade de inserção da América Latina em uma tendência mundial, a tendência de formação de blocos regionais.

“O Mercosul foi concebido como plataforma para a competitividade global das economias dos países membros.”(BRANDÃO & PEREIRA, 1997, pg 75)

7.2 HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DO BLOCO DA UE

A UE é uma forma de integração política-econômica entre os Estados que a compõe. Esta integração é o resultado de políticas adotadas entre os membros do bloco, que em seu carácter evolutivo, nos revela diferentes etapas de integração econômica e que, cada vez mais aprofunda o grau de interdependência entre os Estados membros do bloco.

Os tratados que mais tarde originaram a UE fizeram com que a arquitetura das instituições seja muito complexa. Durante a década de 1950 foram criadas três comunidades de cooperação dentro da Europa.

- A Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA), criada pelo Tratado de Paris de 1951.
- A Comunidade Econômica Européia (CEE), que passou a chamar-se em 1992 de Comunidade Européia (CE) que tem por objetivo a criação de um mercado comum no continente europeu. Esta comunidade foi criada pelo Tratado de Roma em 1957.
- A Comunidade Européia de Energia Atômica (EURATOM) criada pelo Tratado de Roma em 1957.

Como um dos precursores da UE foi o Tratado de Paris, assinado em 1951, que criou a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA). Este tratado era de grande importância para assegurar a paz no continente europeu e também para subsidiar as indústrias européias, que estavam em recuperação pós-guerra impulsionada pelo Plano Marshall¹, pois tanto o carvão quanto o aço eram insumos básicos da indústria. A CECA surgiu como tentativa de aproximação econômica entre França e Alemanha, dentro de uma perspectiva de uma integração mais ampla, a este projeto somaram-se a Itália, Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo. Cabe destacar que Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo já haviam iniciado um processo de união aduaneira em 1948, chamado Benelux.

¹ “Plano Marshall: plano de financiamento e de investimentos formulado pelos Estados Unidos para viabilizar a reconstrução da Europa no pós-Segunda Guerra”. (MOREIRA, 1998, pg. 32)

“A criação da CECA também foi concebida como um primeiro passo rumo a uma organização federal europeia.”(D’ARCY, 2002, pg. 19)

Com a preocupação destes seis países em se integrarem economicamente para poderem tanto diminuir preocupações quanto à estabilidade de política externa, como para poderem usufruir um tratado que assegurasse o fornecimento a suas indústrias de dois dos insumos básicos (o carvão e o aço), a CECA surgiu como alternativa a estes países. Alguns anos depois, tendo em vista o sucesso deste tratado e dando continuidade a um anseio de uma integração mais ampla, estes seis países criaram através do Tratado de Roma em 25 de março de 1957 a Comunidade Econômica Europeia (CEE). A CEE criada com o intuito de aprofundar as relações comerciais entre os Estados membros, foi o passo fundamental para entender o caráter evolutivo da formação do bloco da UE.

Os primeiros anos da CEE, até 1968, foram voltados a uma política de união aduaneira, política agrícola comum e proteção à concorrência exterior. Como a CEE tinha como um de seus objetivos a expansão dos mercados, a fim de criar economias fortes com grande mercado consumidor, em 1973 o Reino Unido, Dinamarca e Irlanda foram agregados ao bloco. Esta foi a primeira expansão da CEE seguida pelas adesões da Grécia (1981), Espanha e Portugal (1986), Suécia, Finlândia e Áustria (1995), Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Checa (2004), Bulgária e Romênia (2007). Estes acontecimentos revelaram uma pluralidade entre os integrantes do bloco e exigiram esforços no intuito de diminuir as diferenças de desenvolvimento entre os países.

O processo decisório dentro da CEE era tomado por unanimidade pelo Conselho de Ministros que em 1986, através do Tratado do Ato Único, passou o processo decisório, em alguns casos, a ser tomado por maioria. Tal fato revela a resistência dos Estados membros em abrir mão de suas prerrogativas ao mesmo tempo em que revela uma certa preocupação destes Estados na flexibilização que devem ter para facilitar as possíveis expansões do bloco.

Para as futuras possíveis expansões do bloco da UE, ficaram estabelecidos alguns critérios que deveriam ser seguidos pelos países candidatos (critérios de Copenhaga). Isto se deve ao fato de que os candidatos para serem aptos a

integrarem a UE precisam ter certas características que não perturbem os avanços já conquistados pelo bloco. As exigências são:

- Estabilidade política interna, democracia, estado de direito, direitos do homem e respeito pelas minorias.
- Economia de mercado madura, capaz de suportar a concorrência dentro do bloco;
- Capacidade de arcar com os compromissos dentro do aspecto da legislação comunitária;
- Objetivo de união político-econômica.

“Todo país de soberania que estiver disposto a respeitar regras comuns e a internalizar os objetivos da UE poderá ser admitido na UE.”(D’ARCY, 2002, pg.25)

Já a Comunidade Européia de Energia Atômica (EURATOM) foi instituída para fiscalização da nova forma de obtenção da energia e como forma de supervisionar este tipo de energia para fins pacíficos, e assim, auxiliar a assegurar a paz no continente europeu. Tinha como principal finalidade fomentar o desenvolvimento da utilização desta fonte de energia, bem como criar um mercado comum de insumos e equipamentos para a indústria nuclear.

Outro grande desafio da UE é o processo da integração política. Encarada como uma consequência da integração econômica, a integração política traz obstáculos tanto a políticas externas e internas (comuns). Para superar estes problemas foram instituídas a partir do Tratado de Maastricht (1992), três vigas mestras sob as quais o processo da política deveria ser guiado, são elas:

- A integração econômica: este aspecto traz consigo o compromisso dos Estados membros em efetivar as políticas comerciais adotadas pelo bloco, este compromisso estreitaria as relações externas entre os membros e abriria caminho para outras discussões e que por sua vez, geraria um ambiente favorável para a instituição dos outros dois pilares.
- Política externa e de segurança comum: criou procedimentos para adotar estratégias e ações comuns que ficam sob decisão do Conselho Europeu e que representariam a ação conjunta do bloco.

- Justiça e assuntos internos: forma de cooperação policial e judiciária em matéria penal, como por exemplo, em casos de terrorismo, narcotráfico, lavagem de dinheiro, etc.

“... outro desafio maior da União Européia que é a passagem de uma integração econômica bem sucedida a uma integração também política.”(D’ARCY, 2002, pg. 26)

Estes alicerces sob as quais se edificaram as instituições da UE são de grande importância no estabelecimento da equalização das políticas do bloco.

Com o passar do tempo e com o maior comprometimento com a efetivação do bloco pelos Estados membros (a partir 1992 pelo Tratado de Maastricht), estas três comunidades foram superpostas pela União Européia.

Assim sendo, União Européia foi estabelecida sobre a estrutura comunitária e é sustentado pelos três pilares já apresentadas, que dão sustentabilidade política ao bloco.

“...princípio de soberania compartilhada na UE.”(HOFMEISTER, 2006, pg.53)

7.3 HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DO BLOCO DO MERCOSUL

O Mercosul foi um bloco instituído no Cone Sul do continente americano na tentativa de os Estados membros inserirem-se no mercado globalizado com soberania e competitividade.

“O Mercosul proporcionou um aumento expressivo da capacidade de negociação internacional dos países membros...” (BRANDÃO & PEREIRA, 1997, pg. 75)

O Mercosul é um processo de inserção da América Latina em um ambiente internacional baseado na eficiência e na competitividade. As discussões para o estabelecimento de uma integração econômica latino-americana nos remontam a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC) na década de 1960. A ALALC que foi uma tentativa de promover a integração comercial na América Latina na década de 1960 vinculando-se ao pensamento cepalino. Faziam parte desta associação: a Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, em 1970 aderiram Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela. Em 1980 mudou seu nome para Associação Latino Americana de Integração (ALADI) e em 1999 Cuba passou a ser membro.

A ALALC sob uma ótica cepalina de substituição de importações, pregava que as economias sul americanas só poderiam se desenvolver com a substituição dos produtos importados de outros lugares do globo por aqueles produzidos na América do Sul, para isso os acordos comerciais na América do Sul seriam muito importante. Assim a ALALC se instituiu como um acordo multilateral de livre comércio. (GOMES, 2007)

A ALADI foi instituída pelo Tratado de Montevideu de 1980 e teria um papel mais flexível do que a ALALC. Um dos objetivos da ALADI seria instituir um mercado comum latino-americano através das chamadas zonas tarifárias, na qual os países membros da ALADI criariam condições de intercâmbio de produtos e serviços com tarifas reduzidas criando uma zona de tarifas regional. A política da ALADI é de facilitar acordos entre os associados para viabilizar um processo de integração no continente.

A ALADI possui como um de seus princípios o caráter múltiplo, que estabelece que os países poderão se ajustar da melhor forma para favorecer o

processo de integração, aliado a isso, a política de facilitador de acordos de alcance regional entre os associados que fizeram com que pudessem ser estabelecidos acordos de Integração Sub-Regionais. O Mercosul é um exemplo deste tipo de acordo de Integração Sub-Regional, GOMES (2007, pg. 30) refere-se aos acordos sub regionais da ALADI da seguinte forma:

A ALADI possibilita a celebração de acordos comerciais de caráter regional (integração sub-regionalizada), a partir dos quais se formam os blocos econômicos "sub-regionais" de países, que, unidos, encontram melhores condições de fortalecer a economia de determinada região, tendo em vista as suas semelhanças culturais, históricas, políticas e econômicas, em contraposição à "integração global", que se apóia na união dos mercados dos países como um todo, sem levar em consideração as diferenças e as semelhanças entre os Estados.

O Mercosul no artigo 9º do Tratado de Assunção e enquanto um acordo sub-regional estabelece a possibilidade de agregação de outros signatários da ALADI com vista a alargar o processo de integração e a possível formação de um único bloco econômico sul americano (BRANDÃO & PEREIRA, 2007).

Pode-se instituir como o acordo precursor do Mercosul a Ata do Iguazu assinada entre o Brasil e a Argentina em 1985 com o objetivo de aumentar as relações comerciais pela cooperação industrial e tecnológica (MAIA, 1994).

Dando prosseguimento ao caráter evolutivo da formação de blocos econômicos, Brasil e Argentina assinaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento em 1988, que estabelece a meta de formação de um mercado comum a qual outros países poderiam aderir, este fato culminou com o Tratado de Assunção em 1991 criando o Mercosul.

O Tratado de Assunção de 1991 denominou como Estados partes o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Em 1996 Bolívia e Chile se tornaram Estados associados, em 2003 o Peru e em 2004 Colômbia e Equador também conseguiram figurar como Estados associados ao Mercosul. Em 2006 a Venezuela foi contemplada com o status de Estado membro.

O Mercosul foi criado a partir da necessidade de ampliar os mercados dos Estados partes, por intermédio da integração com o objetivo de acelerar seu processo de desenvolvimento. Tal mercado teria de estar estabelecido em 31 de dezembro de 1994, o processo de alcance da integração seria feito de forma gradual prevendo-se:

- Livre circulação de bens e serviços, eliminando-se as barreiras alfandegárias;
- Estabelecimento da tarifa externa comum (TEC) e de uma política comercial externa comum;
- Coordenação de políticas macroeconômicas, harmonização das legislações para se ter o fortalecimento do processo de integração.

Para dar funcionamento ao Mercosul, em 1994 foi assinado o Protocolo de Ouro Preto, que revisou a funcionalidade das instituições definidas no Tratado de Assunção. Estabeleceu-se que a tomada de decisão seja por consenso (unanimidade). O Mercosul possuiria três instâncias decisórias: um Conselho (com funções políticas), um grupo com funções executivas e uma comissão técnica.

Os objetivos do Mercosul seriam ampliar os mercados nacionais, melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, maior presença internacional e mudança no perfil político-econômico da América do Sul. No longo prazo esperam-se melhoramentos nas redes de transportes, energia e livre trânsito do fator trabalho.

8 ANÁLISE DAS POLÍTICAS COMERCIAIS ADOTADAS PELA UE E PELO MERCOSUL VISANDO A UNIFICAÇÃO DE SEUS MERCADOS INTERNOS E COMO FORMA DE CONTRIBUIR PARA A EFETIVAÇÃO DE SEUS BLOCOS ECONÔMICOS

8.1 POLÍTICAS COMERCIAIS ADOTADAS PELA UE PARA UNIFICAÇÃO DO MERCADO INTERNO E COMO FORMA DE CONTRIBUIR PARA A EFETIVAÇÃO DO BLOCO

Como apresentado no item 7.1, notamos que a formação da UE seguiu-se de forma gradativa, respeitando as diferenças entre os Estados membros e aguardando a maturidade necessária a cada fase de integração, para que esta tivesse o efeito desejável. Como resultado, temos instituições sólidas, aptas a absorver as diferenças nacionais e equalizá-las com vista a propiciar as harmonizações sociais, institucionais e econômicas necessária à integração.

Em um primeiro momento, de 1957 até 1968, após a instituição da Comunidade Econômica Européia, esta foi voltada a uma união aduaneira, política agrícola comum e proteção à concorrência externa. O intuito era que com tais políticas pudesse em primeiro momento dotar a comunidade de produtos de primeira necessidade, fortalecimento e aprimoramento da produção e protecionismo a economia local que estava se reerguendo no pós-guerra.

“O artigo 2 do TCE define objetivos ambiciosos para a Comunidade Européia, sendo a unificação do mercado o meio principal para atingi-los. Em termos semelhantes, o TUE faz a criação de um espaço sem fronteiras internas um dos principais meios para atingir seus objetivos econômicos e sociais” (D'ARCY, 2002, pg. 105).

O pleno funcionamento da CECA, da EURATOM e da própria CEE foi subsidiando o processo de integração do fator aprendizagem sobre formação de blocos, necessário para se avançar às futuras etapas de integração. As políticas de fomento comercial a estabilidade dos governos e a fusão dos interesses comerciais dos componentes da CEE foram essenciais nos primeiros anos de vigência dos acordos.

Para a unificação do mercado europeu seguiram-se diferentes etapas. A etapa de transição estipulou progressiva eliminação dos direitos alfandegários e das restrições às mercadorias e estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC), tais pontualidades foram previstas, pelo Tratado de Roma, para estarem sanadas em 31 de dezembro de 1969, desta forma a CEE tornou-se uma união aduaneira.

“...O prazo previsto pelo Tratado de Roma era o dia 31 de dezembro de 1969, mas já no dia 1 de julho de 1968 o objetivo foi atingido. Assim, a Comunidade tornou-se uma união aduaneira” (D'ARCY, 2002, pg. 105).

Outra etapa na promoção do mercado interno foi o estímulo dado à concorrência no intuito de não permitir a monopolização do mercado e proteger os consumidores, tal política aliada a uma política de correção das imperfeições de mercado foram importantes para que o mercado interno europeu expandisse de forma igualitária não permitindo a formação de bolhas de crescimento.

A constituição de um mercado interno europeu foi fundamental para a coesão do bloco e encontraram nas atribuições do parlamento europeu os alicerces fundamentais para a sua implantação.

Em 1979 o Parlamento Europeu, que já existia desde o Tratado de Roma em 1957 como uma assembléia composta de deputados dos parlamentos nacionais, passou a ser eleito por sufrágio universal e a ter maior importância dentro do bloco.

“Um passo importante foi sua eleição por sufrágio universal, a partir de 1979” (D'ARCY, 2002, pg. 57).

As atribuições do parlamento europeu passaram a ter atenção especial, pois são importantes para a coesão do bloco da UE, tais funções são:

- Adaptar os aspectos legislativos europeus;
- Controle democrático;
- Poder orçamentai.

“No entanto, foi a partir dos anos 80 e do Ato Único de 1986 que seu papel deixou de ser marginal no funcionamento da União” (D'ARCY, 2002, pg. 57).

Em 1986 através do Ato Único estipulou-se como data limite para o estabelecimento de um mercado interno o ano de 1992. Algumas das medidas que passariam a serem adotadas, entre as 300 adaptações propostas, seriam as quedas do controle das fronteiras internas e de todos os tipos de restrições para o estabelecimento de um mercado interno.

O Tratado de Maastricht (Tratado da União Européia) é assinado em 7 de fevereiro de 1992, substituiu o nome da Comunidade Européia por União Européia. Este tratado é baseado em três pilares já apresentados no item 7.2 e acrescenta à fase do mercado comum a união econômica e monetária. Desde 1 de janeiro de 1999, a chamada união econômica e monetária reúne os países que cumpriram com os critérios econômicos para assegurar a estabilidade da nova moeda, o euro.

“...metas estabelecidas pelo Acordo de Maastricht, isto é, déficit orçamentário de, no máximo, 3% do PIB; inflação de 2,6% ao ano; dívida pública de até 60% do PIB; e taxa de juros de 8,7% a.a.”(MAIA, 2007, pg. 307).

“O euro entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 1999, como já estava determinado; Inglaterra, Grécia, Dinamarca e Suécia decidiram não implantar o euro em 1-1-1999; farão posteriormente” (MAIA, 2007, pg. 307).

Esta etapa, de adoção de uma moeda única e de um Banco Central único, foi essencial para a realização do mercado interno europeu e para possibilitar a concretização da quarta fase de integração do bloco da UE. Para se conseguir efetivar a união monetária D'ARCY (2002, pg. 121) explica:

Para entrar na moeda comum, os Estados precisaram acatar, durante a fase anterior, quatro critérios de convergência relativos:

- À estabilidade dos preços;
- À sustentabilidade das finanças públicas (o que implicava uma limitação rigorosa dos déficits orçamentais e da dívida pública);
- À estabilidade de sua moeda;
- À limitação das taxas de juros em longo prazo.

8.2 POLÍTICAS COMERCIAIS ADOTADAS PELO MERCOSUL PARA UNIFICAÇÃO DO MERCADO INTERNO E COMO FORMA DE CONTRIBUIR PARA A EFETIVAÇÃO DO BLOCO

Para se iniciar o estudo sobre as políticas comerciais adotadas para unificação do mercado do Mercosul, será dada dimensão a esse mercado com os indicadores dos países membros e com os indicadores dos futuros candidatos a Estado parte, conforme tabela abaixo.

TABELA 8.0 – ESTIMATIVA DE INDICADORES DO MERCOSUL PARA 2007

PAÍS	PIB US\$ (PPC) EM MILHÕES	PIB US\$ (PPC) PER CAPTA	POP. (2007)	IDH
Brasil	1.507.106	8.049	190.011.861	0,792
Argentina	510.266	12.468	40.403.943	0,863
Venezuela	157.877	5.571	26.085.281	0,784
Uruguai	32.402	9.107	3.447.920	0,851
Paraguai	28.960	4.553	6.667.884	0,757
Total Mercosul ¹	2.236.611	8.389	266.616.849	0,809
Colômbia	325.915	6.962	44.858.434	0,790
Chile	175.324	10.904	16.285.071	0,859
Peru	156.511	5.556	28.675.628	0,767
Equador	51.681	4.083	13.752.593	0,765
Bolívia	24.501	2.710	9.119.372	0,692
Total Mercosul ²	2.970.543	8.126	365.555.352	0,792

FONTE: WIKIPÉDIA

NOTA: ¹ ESTADOS MEMBROS

² ESTADOS MEMBROS E ASSOCIADOS

Denota-se na tabela 8.0 o tamanho do mercado brasileiro frente aos demais e pode-se dimensionar o tamanho do Mercosul com países membros e com possíveis futuros alargamentos. Outro fato que merece destaque é o tamanho do PIB do mercosul “ampliado” correspondendo a quase 3 trilhões de dólares o que daria muita

representatividade ao bloco em questões político-econômicas vinculadas ao Mercosul.

No que tange a formação do mercado interno do Mercosul, nota-se a zona de livre comércio, de união aduaneira e mercado comum se confundem, pois já no Tratado de Assunção foi estipulado uma data para o estabelecimento de um mercado comum no Mercosul. Por mais que esta fase de mercado comum não tenha sido alcançada ainda, os mecanismos de propulsão da mesma encontram-se sendo aplicados.

“...união aduaneira: além da zona de livre comércio, essa etapa envolve a negociação de tarifas alfandegárias comuns para o comércio realizado com outros países. O Mercosul se encontra nesse estágio do processo” (MOREIRA, 1998, pg. 62).

A data para o referido estabelecimento do mercado comum do Mercosul foi 31 de dezembro de 1994, pelo Tratado de Assunção, no qual os Estados partes adotariam, conforme se estabelece no artigo primeiro deste tratado:

- Livre circulação de bens, serviços e fatores;
- Eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias;
- Eliminação de direitos alfandegários;
- Adoção da tarifa externa comum (TEC);
- Coordenação de posições políticas quanto a foros internacionais;
- Coordenação de políticas macroeconômicas, agrícolas, comerciais, industriais, fiscal, cambial, de capitais, tudo para assegurar a concorrência entre os Estados partes.

Para garantir que estes objetivos acima expostos, para a efetivação de um mercado comum, sejam alcançados o Mercosul utilizou-se de um Programa de Liberalização Comercial, em que dentro da área do bloco bens, serviços e fatores teriam ampla mobilidade com tarifas se reduzindo paulatinamente até se eliminarem.

A livre circulação de mercadorias entre os Estados foi estipulada para atingir a marca de 85% dos nove mil itens tarifários do Mercosul em 1 de janeiro de 1995 e os 15% restantes deveriam reduzir suas tarifas até chegar a zero em 1999 (MAIA, 2000).

“...o Mercosul estabeleceu um período de transição, para fazer gradualmente as alterações necessárias. Inicialmente, esse período deveria terminar, para o Brasil e a Argentina, em 31-12-94, e para o Paraguai e Uruguai, em 31-12-95” (MAIA, 2000, pg 192).

Para se atingir o grau de união aduaneira o Mercosul teve de implantar a tarifa externa comum (TEC), tema que teve muitos debates e foi estipulada em 1995, porém a TEC entrou em funcionamento com uma lista de exceções (produtos que não estariam sujeitos as mesmas tarifas) fruto das diferenças entre os integrantes do bloco. Isto foi importante para assegurar aos Estados que o processo de aglutinação dos mercados nacionais seria feito de forma progressiva e com respeito às assimetrias de mercado de cada integrante.

Devido ao fato de os países que integram o Mercosul possuírem diferenças estruturais quanto ao dinamismo de seus mercados bem como quanto ao seu grau de industrialização, foi adotada uma lista de exceção que seria particular a cada Estado parte no intuito de que os menos industrializados possam importar alguns bens de capital que sejam importantes para suas indústrias e que estas possam convergir para um nível de industrialização médio do bloco.

Quanto a livre circulação do fator trabalho, foi estabelecido em dezembro de 2002 uma Área de Livre Residência com direito ao trabalho para todos os cidadãos dos Estados partes do Mercosul, Bolívia e Chile. Neste acordo ficou estabelecido que cidadãos sem antecedentes criminais, natos ou naturalizados a pelo menos cinco anos, terão formas simplificadas de obtenção de residências temporárias em qualquer Estado e esta residência poderá tornar-se definitiva caso seja comprovado um meio de vida lícito e capacidade de manter-se.

Tanto a estipulação da TEC com uma lista de exceções, quanto o início de uma política de livre circulação do fator trabalho são de fundamental importância para que futuramente possa haver um mercado único no Mercosul.

Para garantir o desenvolvimento da integração do bloco do Mercosul, em 1994 firmou-se o Protocolo de Ouro Preto, que deu funcionalidade ao Mercosul. Este Protocolo estipulou a forma de administração do Mercosul e a definição dos órgãos responsáveis pelo seu gerenciamento. Este passo dado em 1994 foi muito importante para o Mercosul a fim de que possa haver efetivamente uma convergência de interesses, tanto na promoção de políticas macroeconômicas,

quanto na equalização de legislações dos Estados partes para que o bloco do Mercosul alcance o grau de Mercado Comum e também possa galgar as fases de integração que a UE já superou. A tabela abaixo mostra uma comparação do Mercosul com outros blocos econômicos e países.

TABELA 8.1 – COMPARAÇÃO DO MERCOSUL COM OUTROS BLOCOS ECONÔMICOS E OUTROS PAÍSES, ESTIMATIVA PARA 2007

BLOCOS	ÁREA Km ²	POPULAÇÃO	PIB US\$ MILHÕES	PIB PER CAPTA US\$	Nº PAÍSES MEMBROS
MERCOSUL (ampliado)	17.320.270	365.555.352	2.970.543	6.996	10 (5 plenos)
NAFTA	21.588.638	430.495.039	12.889.900	29.942	3
UE	3.977.487	456.285.839	11.064.752	24.249	27
ASEAN	4.400.000	553.900.000	2.172.000	4.044	10
Índia	3.287.590	1.065.070.607	3.033.000	2.900	
China	9.596.960	1.298.847.624	6.449.000	5.000	
EUA	9.631.418	293.027.571	10.990.000	37.800	
Canadá	9.984.670	32.507.874	958.700	29.800	
Rússia	17.075.200	143.782.338	1.282.000	8.900	

FONTE: WIKIPÉDIA

No meio do caminho para o amadurecimento do Mercosul ocorreram algumas turbulências que fizeram com que o bloco ficasse um pouco vulnerável como, por exemplo, a desvalorização do real em 1999 e a crise Argentina em 2001. Fatos que a partir de 1999 diminuíram as relações comerciais entre Brasil e Argentina e que começaram a serem superados em 2003.

“Acreditava-se que o Mercosul não iria sobreviver porque o Paraguai e o Uruguai têm um perfil econômico muito diferente do Brasil e da Argentina. Seus parques industriais são pouco desenvolvidos e também são muito abertos às importações” (MAIA, 2000, pg. 193).

Por mais que existam fatores que impeçam uma efetiva integração do mercado do Mercosul, a continuidade de políticas para este fim se faz presente. Notamos que em certos momentos existe uma superposição de alguns elementos das fases de integração, pelo fato do não amadurecimento de uma fase anterior. Isto traz a tona um fator relevante sobre o futuro do Mercosul, a discussão sobre a aplicabilidade de um bloco que está sendo alicerçado em fases que apresentam descontinuidades e que possam ocasionar rupturas às futuras etapas de integração. Por exemplo, em 2005 aprovou-se o Protocolo Consultivo do Parlamento do Mercosul e começaram a discussões para uma moeda do Mercosul, como forma de apressar o processo de integração ainda que o Mercosul não tenha conseguido efetivamente implantar um mercado comum.

9 ANÁLISE DO FLUXO DE IMPORTAÇÕES DIRECIONADAS AO BRASIL PELO MERCOSUL E PELO RESTO DO MUNDO E MENSURAÇÃO DOS EFEITOS DA ZONA DE LIVRE COMÉRCIO EM TERMOS DE CRIAÇÃO E DESVIO DE COMÉRCIO

9.1 APRESENTAÇÃO

Como já apresentado no decorrer deste trabalho a associação dos países em torno de blocos econômicos é uma tendência que se verificou sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. O fato de cada vez mais existirem acordos comerciais internacionais com vista ao aumento de intercâmbio por meio da queda de barreiras ao comércio nos traz a tona o problema de como mensurar os ganhos e as perdas em virtude da adoção de uma zona de livre comércio.

VINER (1950) foi o primeiro cientista a lançar estudos do mecanismo sobre o qual a interação dos mercados, após a integração econômica, estaria sujeito. A contribuição principal de Viner foi com respeito aos conceitos sobre criação e desvio de comércio e que alicerçou a Teoria da União Alfandegária apresentada no item 5.2.

Com o passar dos anos inúmeras pesquisas sobre o tema foram efetuadas, modelos econômicos quantitativos foram propostos na tentativa de subsidiar as análises quanto a viabilidade da adoção ao livre comércio. Para melhor elucidar tais

informações, pode-se citar o trabalho sobre os impactos de criação e desvio de comércio elaborado por NONNENBERG E MENDONÇA (1999) que a partir do modelo econométrico desenvolvido pelo Banco Mundial e pela UNCTAD mensurou os efeitos de uma zona de livre comércio para os produtos agrícolas no Mercosul. Os autores concluíram que para o período de 1988 a 1996, o efeito de criação de comércio superou o efeito de desvio de comércio.

“Ressalta dos dados que, para os produtos analisados, a criação de comércio superou amplamente o desvio de comércio, tanto individualmente quanto para o conjunto dos seis produtos. Fica evidenciado igualmente que a criação de comércio provocada pelo processo global de liberalização comercial é substancialmente inferior à gerada pelo Mercosul.” (NONNENBERG & MENDONÇA, 1999, pg. 12)

Outro trabalho desenvolvido sob a mesma metodologia foi o de VASCONCELOS ([200-]) que mensurou os efeitos de criação e desvio de comércio entre Brasil e o Mercosul, porém neste trabalho foram analisados produtos industrializados. O autor concluiu que existem condicionantes que influenciam fortemente a análise (em termos desagregados) e que no geral houve predomínio da criação de comércio no ano de 1991. O autor destaca que:

“... os valores encontrados dependem diretamente dos valores das importações correntes de um ano base, das elasticidades preço da demanda de importações, da elasticidade de substituição e da variação das tarifas aduaneiras.” (VASCONCELOS, [200-], pg. 141)

“... efeitos de criação e desvio de comércio no âmbito do processo de integração comercial entre o Brasil e os países Argentina, Paraguai e Uruguai, referente a alguns produtos industrializados, caracterizou-se pela predominância do efeito de criação de comércio.” (VASCONCELOS, [200-], pg. 142)

Para quantificar os efeitos de uma zona de livre comércio no Mercosul, o presente trabalho analisará o fluxo de importações para o Brasil do Mercosul e do resto do mundo de 1985 a 2005. Escolheu-se tal período em virtude de englobar um período antecedente ao Tratado de Assunção (1991) e um período posterior, de 1991 até 2005, desta forma a pesquisa engloba um período maior do que o trabalho de SABBATINI (2001) que foi o período de 1986 a 1996. Também foi o período (1985 a 2005) que se obteve melhores dados a partir do período de transição de mercado estabelecido entre Brasil e Argentina e que teria término em 31-12-1994, a

partir desta data os dois países estariam com as alterações necessárias em grande parte efetuadas para permitir a efetivação do Mercosul. Os gráficos abaixo, elaborados a partir da tabela do Anexo I, permite analisar o fluxo comercial brasileiro e a importância do Mercosul neste fluxo.

GRÁFICO 9.0 – INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO DE 1983 A 2003

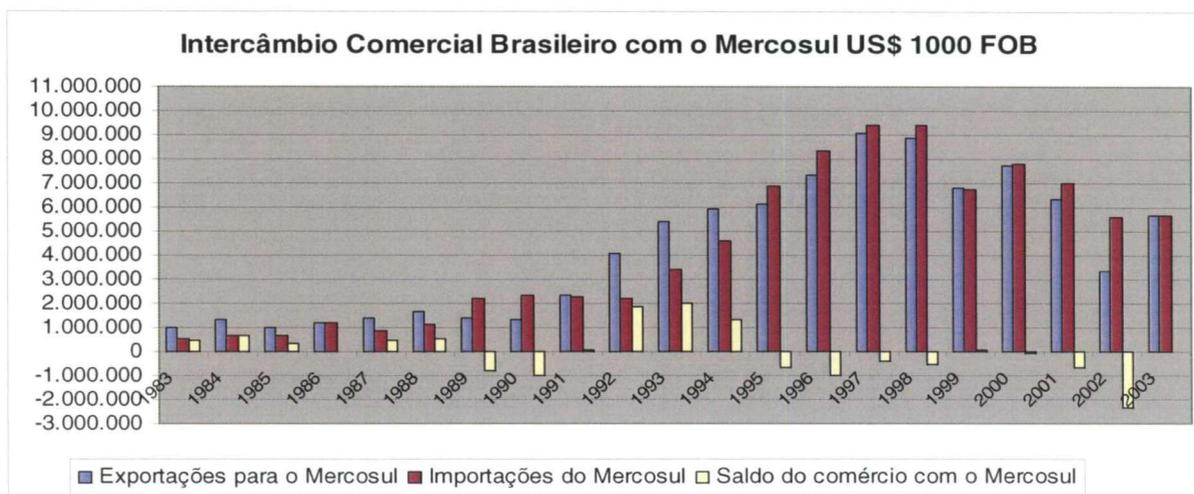


FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS DA SECEX

O gráfico 9.0 revela que as exportações totais brasileiras de 1983 até 1994 mostraram um comportamento sempre maior que as importações. O saldo da balança comercial revela um comportamento um tanto quanto oscilante e que a partir de 1992 começa a ser declinante chegando até a ser negativo nos anos de 1995 a 2001. A partir de 2002 o cenário vigente é da retomada do comportamento ascendente do saldo da balança comercial fruto das políticas de melhoramentos da balança comercial brasileira.

Pode-se notar que de 1992 em diante no Brasil surge o processo de abertura comercial iniciado pelo presidente Fernando Collor de Mello que, a partir de 1994 com o plano Real, foi fundamental para estimular a concorrência interna e modernizar a economia nacional, fato que fica evidente ao analisar o comportamento das importações nos gráficos 9.0 e 9.1. O movimento na balança comercial brasileira de 1992 a 2001, também teve a mesma tendência quando considerado o comércio com o Mercosul como mostrado no gráfico 9.1.

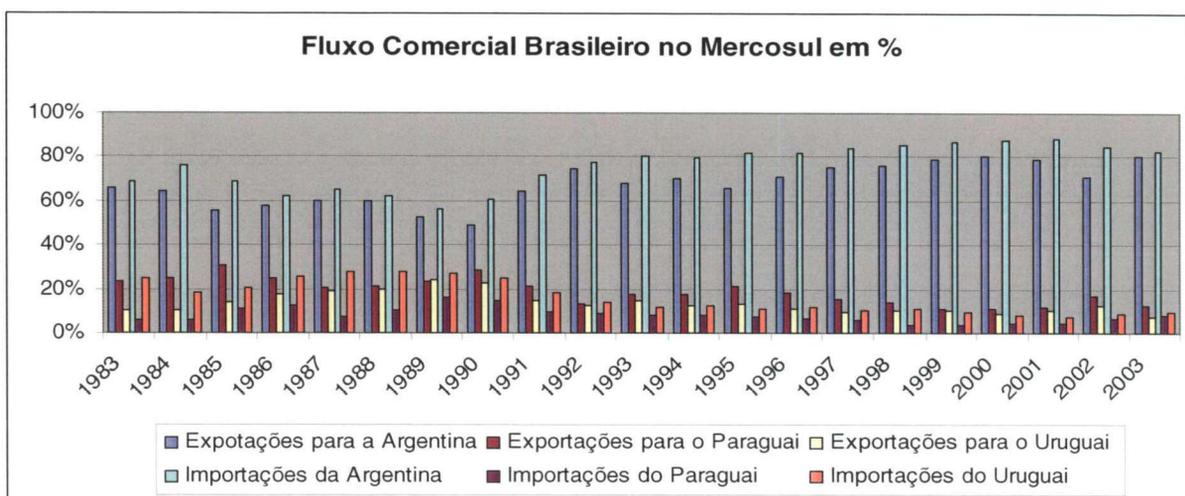
GRÁFICO 9.1 – INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO COM O MERCOSUL
DE 1983 A 2003



FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS DA SECEX

Pode-se salientar que o fluxo comercial Brasil-Argentina representa o maior percentual de comércio do bloco do Mercosul, de 1983 até 2003 as exportações para a Argentina e as importações da Argentina correspondiam em média a 67% e 76% respectivamente e se considerarmos de 1996 até 2003 este mesmo fluxo representa 73% e 82%, conforme gráfico abaixo elaborado a partir da tabela do anexo I.

GRÁFICO 9.2 - FLUXO COMERCIAL BRASILEIRO NO MERCOSUL EM %



FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS DA SECEX

A abordagem da mensuração dos efeitos da zona de livre comércio no Mercosul seguirá a proposta desenvolvida pela CEPAL (1998e, citada por Sabbatini, 2001) que permitirá analisar o fluxo de importações brasileiras captando os efeitos dinâmicos da integração.

9.2 O MODELO

O modelo utilizado no presente trabalho seguirá o quesito de formulação de um indicador de criação ou desvio de comércio proposto pela CEPAL através de uma análise descritiva. Como enfatiza Sabbatini:

“Assumindo que a análise descritiva perde em complexidade para modelos econométricos, decidiu-se lançar mão da primeira metodologia motivado pelo esforço da CEPAL (1998e) que foi capaz de mostrar interessantes impactos dinâmicos da integração sub-regional sobre a economia uruguaia.” (SABBATINI, 2001, pg. 76)

Serão classificados setores industriais no fluxo de importações brasileiras do Mercosul e do Resto do Mundo e a participação destes fluxos no consumo aparente. Será adotado o pressuposto de que toda a produção nacional será direcionada ao consumo aparente.

O indicador será criado conforme análise dos efeitos das importações do Mercosul e do Resto do Mundo sobre o consumo aparente dos setores

considerados. Este procedimento consiste em mensurar as proporções das importações por setores originados do Mercosul frente ao consumo aparente, participação da produção nacional frente ao consumo aparente e participação das importações do resto do mundo frente ao consumo aparente. A interação destas participações individuais no consumo aparente revelará os efeitos da adoção da zona de livre comércio, sendo:

- d: produção nacional;
- m: importações argentinas;
- row: importações do resto do mundo;
- d+m+row: consumo aparente;
- Sd: participação da produção nacional no consumo aparente;
- Sm: participação das importações do Mercosul no consumo aparente;
- Srow: participação das importações do resto do mundo no consumo aparente;
- $Sd+Sm+Srow=1$;
- $\Delta Sd+\Delta Sm+\Delta Srow=0$

Desta forma, pode-se entender que a soma das proporções da produção nacional, importações argentinas e importações do resto do mundo irão representar o consumo aparente e que a soma das proporções equivalerá a 1 ou 100%. Existirão variações na participação no consumo aparente entre os anos analisados, mas a variação das proporções quando somadas irão anular-se, isto é, quando diminui a participação de um irá aumentar a de outro e este mecanismo denotará os efeitos oriundos do livre mercado.

Os efeitos foram divididos em grupos da seguinte forma:

- efeito 1 – Substituição de importações: ocorre quando a variação da participação da produção nacional no consumo aparente passa a suprir as variações negativas das importações do Mercosul e do resto do mundo, ou seja, ocupa o lugar que anteriormente era da oferta das importações.
- Efeito 2 – Substituição por importações extra-bloco: a variação da participação das importações do resto do mundo aumentam e se reduz a variações da participação da produção nacional e das importações do Mercosul caracterizando

que houve um deslocamento da maior participação frente ao consumo aparente para o resto do mundo.

- Efeito 3 – Desvio de comércio: pode ocorrer através de um aumento ou diminuição da variação da participação da produção nacional no consumo aparente, redução da variação da participação das importações do resto do mundo e aumento da variação das importações do Mercosul, uma situação que potencialmente é desviadora de comércio.

- Efeito 4 – Criação e abertura: ambos, variações das importações do Mercosul e importações do resto do mundo sobrepõem a parcela decedente da variação da participação da produção nacional, porém o resto do mundo obtêm uma expressão mais significativa.

- Efeito 5 – Criação de comércio: idem a interação anterior, porém neste caso a participação das importações do Mercosul é expressivamente maior.

Pode-se simplificar a explanação conforme o quadro abaixo.

QUADRO 9.0 – EFEITOS DO LIVRE COMÉRCIO E SEUS CONDICIONANTES

EFEITOS	CONDICIONANTES
Efeito 1 – substituição de importações	$\uparrow \Delta S_d \downarrow \Delta S_m \downarrow \Delta S_{row}$
Efeito 2 – substituição de importações extra-bloco	$\downarrow \Delta S_d \downarrow \Delta S_m \uparrow \Delta S_{row}$
Efeito 3 – desvio de comércio	$\uparrow \downarrow \Delta S_d \uparrow \Delta S_m \downarrow \Delta S_{row}$
Efeito 4 – criação e abertura	$\downarrow \Delta S_d \uparrow \Delta S_m \uparrow \Delta S_{row}$
Efeito 5 – criação de comércio	$\downarrow \Delta S_d \uparrow \Delta S_m \uparrow \Delta S_{row}$

FONTE: SABBATINI, 2001, pg. 80

9.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste sub-capítulo serão mostrados os dados referentes a produção, importações do Mercosul e importações do resto do mundo no período de 1985 a 2005.

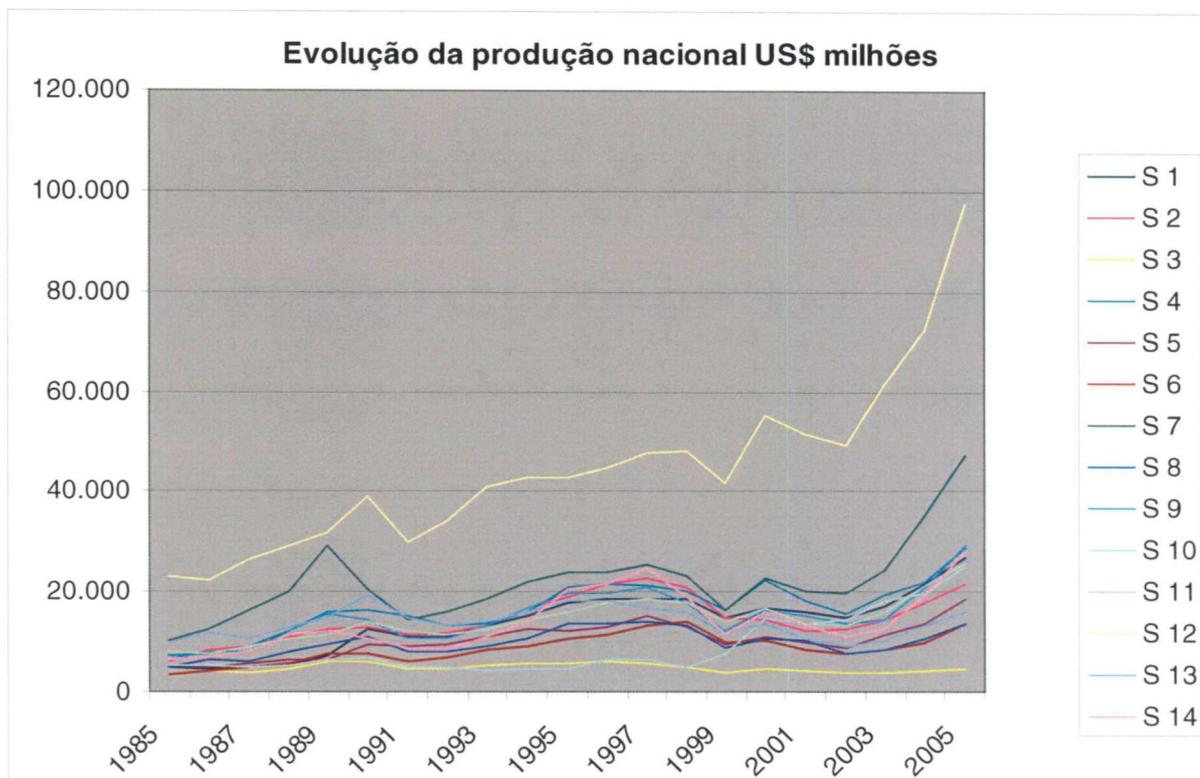
Para a análise dos efeitos do livre comércio no fluxo de importações brasileiras, foram classificados os ramos de atividades em setores da seguinte forma:

- Setor 1: abate de animais;
- Setor 2: beneficiamento de produtos vegetais;
- Setor 3: calçados, couros e peles;
- Setor 4: celulose, papel e gráfica;
- Setor 5: elementos químicos;
- Setor 6: farmacêutica e perfumaria;
- Setor 7: máquinas e tratores;
- Setor 8: material elétrico;
- Setor 9: peças e outros veículos;
- Setor 10: petróleo e carvão;
- Setor 11: químicos diversos;
- Setor 12: refino de petróleo e petroquímicos;
- Setor 13: têxtil;
- Setor 14: veículos automotores.

Na análise dos dados, como mostrado na tabela 9.0 (anexo II) e o gráfico 9.3 logo a seguir, é revelada uma tendência ascendente para a produção de todos os setores considerados, nota-se que nos anos de 1998-1999 houve uma ruptura neste crescimento e em 2001-2002 existiu um baixo crescimento. Podem-se relacionar a priori como fatores que influenciaram este comportamento a crise do Brasil em 1998 e os reflexos da crise da Argentina em 2001, tais acontecimentos a medida que interferem nas expectativas dos investidores e nas conjunturas de todos os países emergentes, afetam a produção principalmente em cenários desfavoráveis como nos dois períodos considerados.

Um importante aspecto na análise da produção é o aumento expressivo do setor 12, refino de petróleo e petroquímicos, que foi muito maior que os demais grupos. O setor 3 (calçados, couros e peles) se manteve praticamente inerte ao longo da análise.

GRÁFICO 9.3 – COMPORTAMENTO DA PRODUÇÃO NACIONAL – 1985-2005

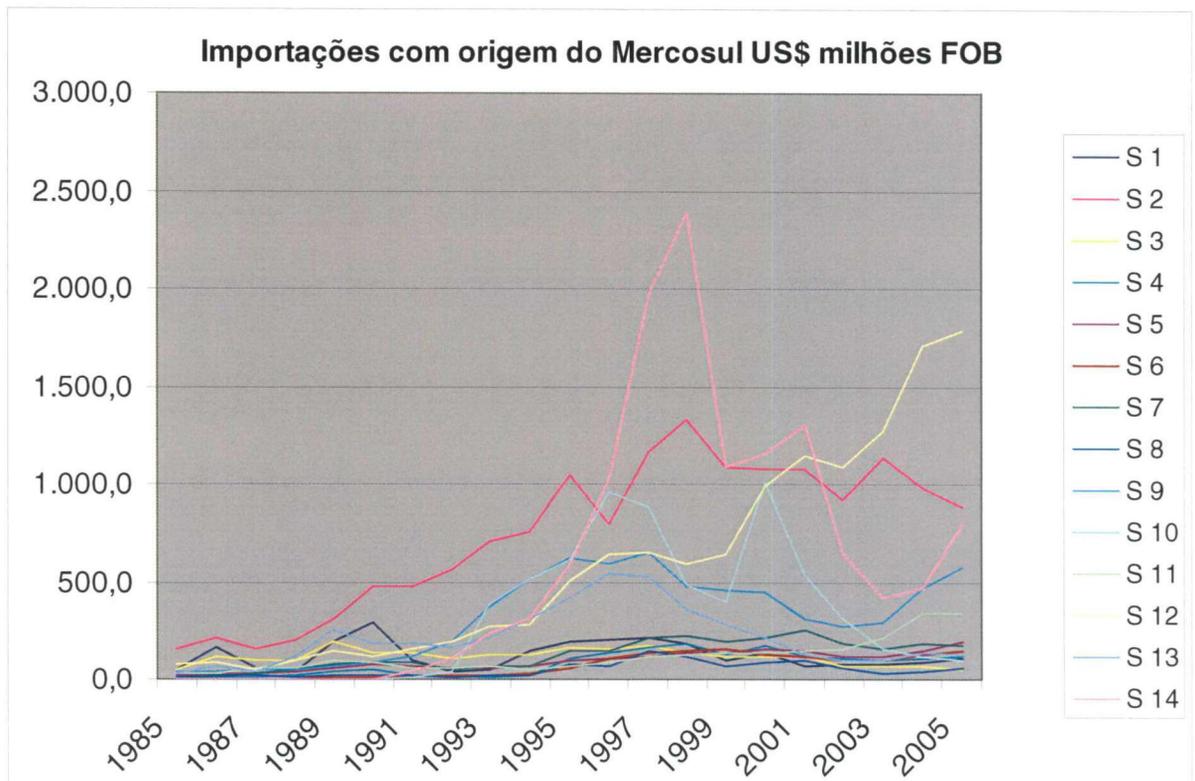


FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS DA FUNCEX

No tocante as importações do Mercosul nota-se uma instabilidade no ritmo de importações de alguns setores. Em um primeiro momento, tem lugar um crescimento dessas importações com alguns setores tendo alta expressiva seguindo-se de períodos de queda.

Chama a atenção ao analisar os dados é o alto crescimento dos setores 2, 12 e 14, o setor de beneficiamento de produtos vegetais teve aumento ao longo do período analisado, já os setores refino de petróleo e petroquímicos e o setor de veículos automotores tiveram um maior aumento depois de 1995. Este ocorrido não encontrou sustentabilidade havendo flutuações nos anos seguintes. Os outros setores de importações com origem no Mercosul tiveram aumentos mais modestos no período. Tais comportamentos encontram-se representados na tabela 9.1 do anexo II e no gráfico a seguir.

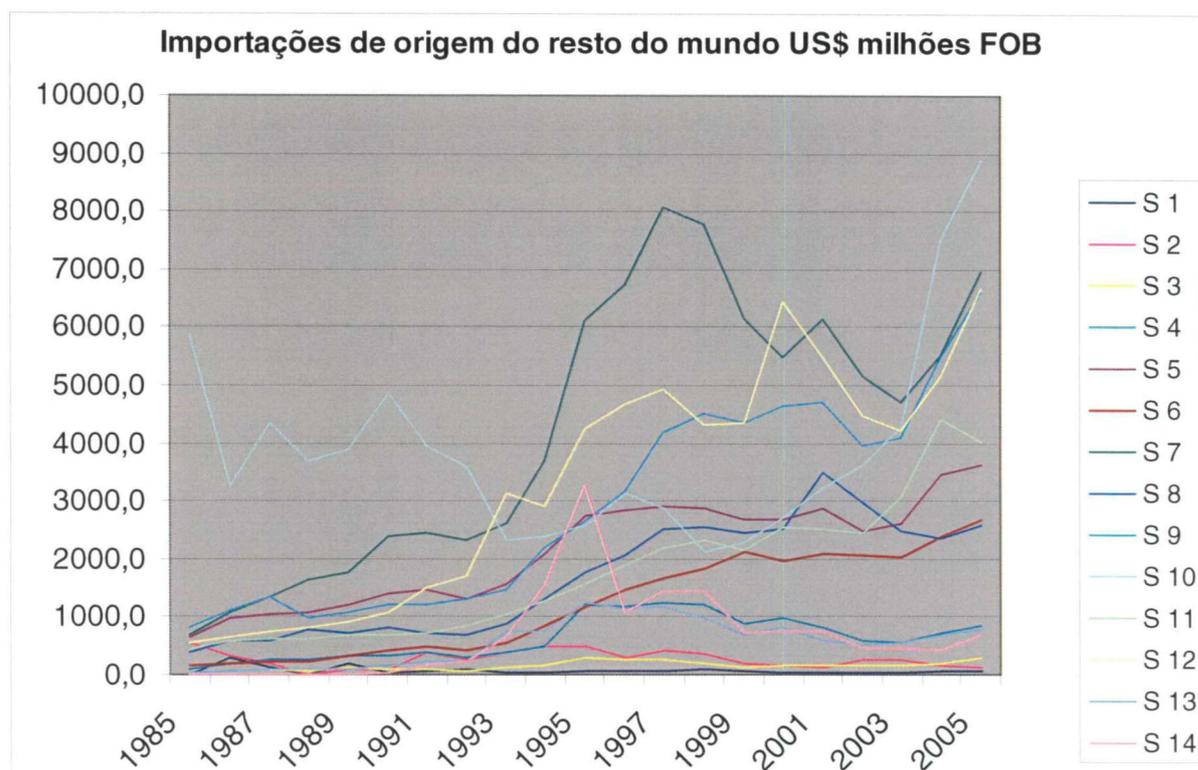
GRÁFICO 9.4 – IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DO MERCOSUL – 1985 – 2005



FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS DA FUNCEX

Quando é considerado o valor das importações brasileiras do resto do mundo, nota-se que há um aumento das importações para os setores considerados. Merece destaque nesta análise o comportamento do setor 10 (petróleo e carvão) que teve um comportamento descendente até 1999 e depois voltou a crescer, o setor 2 (beneficiamento de produtos vegetais) apresentou queda ao longo do período analisado. Como um todo as importações do resto do mundo tiveram comportamentos parecidos se ampliando gradativamente. O comportamento das importações brasileiras do resto do mundo pode ser visualizado pela tabela 9.2 do anexo II e pelo gráfico a seguir.

GRÁFICO 9.5 – IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS PROVENIENTES DO RESTO DO MUNDO – 1985 – 2005



FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS DA FUNCEX

Com esta primeira apresentação dos componentes do consumo aparente (produção, importações do Mercosul e importações do resto do mundo), foi possível formular a tabela 9.3 do anexo II que representa a soma dos componentes acima citados correspondendo ao consumo aparente brasileiro no período de 1985–2005.

O consumo aparente para o conjunto de setores selecionados apresenta trajetória crescente para todos.

Para a análise dos efeitos da zona de livre comércio, considerou-se a participação da produção nacional, importações provenientes do Mercosul e importações provenientes do resto do mundo no consumo aparente brasileiro (tabelas 9.4, 9.5 e 9.6 do anexo II) e as variações destas participações ao longo do período de 1985 a 2005, conforme orientação do quadro 9.0, nos revelará os efeitos da zona de livre comércio.

Após efetuar-se o procedimento descrito no parágrafo anterior, formulou-se o quadro 9.1 do anexo II. Pode-se nitidamente denotar os benéficos efeitos da zona de livre comércio do Mercosul.

Na análise proposta pelo presente trabalho, o setor beneficiamento de produtos vegetais e o setor petróleo e carvão apresentaram o efeito de desvio de comércio, ou seja, produtores mais eficientes de fora do bloco tiveram suas exportações para o Brasil sacrificadas em favor dos países do Mercosul. O setor de calçados, couros e peles apresentou o efeito de substituição de importações extra bloco, relaciona-se com este fato o aumento das importações de calçados provenientes da China, o que influenciou o fechamento de várias empresas brasileiras. Estes três setores foram os únicos a apresentar os efeitos maléficos da zona de livre comércio.

O setor 1 (abate de animais) apresentou o efeito de substituição de importações por parte do Brasil. Isto se deve ao fato de o Brasil ter aumentado a produção neste setor se tornando um grande exportador de carnes. O setor de veículos automotores apresentou o efeito de criação de comércio e os nove demais setores apresentaram o efeito de criação e abertura revelando um aumento de bem-estar da sociedade brasileira.

Assim sendo, para o caso do Mercosul e mais especificadamente para o caso brasileiro, pode-se afirmar com base no estudo desenvolvido que o Mercosul foi benéfico pelo ganho de bem-estar que a sociedade brasileira passou a usufruir após a formação do bloco, majoritariamente expresso pelo efeito de criação e abertura comercial.

10 CONCLUSÃO

Com a análise comparativa da formação dos blocos da UE e do Mercosul, podem-se constatar algumas diferenças fundamentais que deram estrutura para o amadurecimento do mercado interno dos blocos e que facilitaram a superação de algumas das fases de integração dos blocos econômicos.

Quanto a UE salienta-se que a formação deste bloco passou por fases pré-estabelecidas e de forma gradual o que é necessário para o fortalecimento e amadurecimento das políticas adotadas. A evolução do bloco europeu seguiu uma série de tratados que conforme ganhavam credibilidade fortaleciam a formação do bloco, após estes tratados culminarem com o anseio de uma integração monetária e política o Tratado da UE surge e superpõe esses e lança a idéia da integração total.

O mercado interno europeu, por se tratar de países mais avançados e com economias de mercado mais sólidas conseguiu após políticas direcionadas, alcançar o grau de coesão necessária para atingir a fase de união monetária e como pré-requisito fundamental para a união política. A UE se revela um acordo de caráter mais econômico e mais participativo em termos do setor privado do que o Mercosul.

Já o bloco do Mercosul nasceu da necessidade de inserção dos países da América Latina em um mundo globalizado. O Mercosul enquanto acordo sub-regional da ALADI já nasceu fruto de tratados que se preocupam com a associação comercial para o fortalecimento das economias latinas. Devido aos balizamentos da ALADI e também ao processo de aprendizagem internalizado pela CEPAL que é constantemente crítico ao tema, o Mercosul pode ser instituído sem passar por um processo de sintonia de alguns acordos comerciais como passou a UE. Este fato em parte é maléfico em virtude de não se dar tempo necessário ao amadurecimento das primeiras fases da integração comercial, revelando um mercado comum do sul que configura efetivamente entre a fase de união aduaneira e de mercado comum. A parte benéfica é o estímulo dado ao comércio no Mercosul.

Quanto a formação de um mercado interno no Mercosul é um tema que encontra enormes obstáculos devido ao grande abismo de desenvolvimento entre as regiões, diferenças nos parques industriais, etc. Porém políticas direcionadas nos moldes aplicados a UE estão sendo incorporados tendo em vista uma integração mais ampla.

Sobre a mensuração dos efeitos da zona de livre comércio no Mercosul e mais especificadamente o caso brasileiro, denota-se pela metodologia cepalina (1998e, citado por Sabbatini, 2001) um efeito benéfico para o Brasil, pois no período de análise o efeito de criação e abertura comercial por parte do Brasil foi predominante.

Desta forma, o resultado desta monografia entra em consonância com os estudos de VASCONCELOS ([200-]) que mostra que o efeito de criação de comércio no Mercosul (segundo metodologia do Banco Mundial) foi predominante para os produtos industrializados considerados e com os estudos de SABBATINI (2001), que sob ótica cepalina, concluiu para o período de 1986 a 1996 o efeito de criação e abertura.

11 ANEXO I

Ministério do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio Exterior



INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO MERCADO COMUM DO SUL - MERCOSUL

RT401

08/01/2004

US\$ 1000 F.O.B.

Ano	TOTALS GERAIS			MERCOSUL			Argentina			Paraguai			Uruguai		
	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo
1983	21.903.183	15.428.905	6.474.278	992.059	521.051	471.008	654.627	358.069	296.558	233.408	32.166	201.242	104.024	130.816	-26.792
1984	27.006.554	13.907.304	13.099.250	1.321.640	673.896	647.744	853.110	510.898	342.212	332.690	39.978	292.712	135.840	123.020	12.820
1985	25.639.029	13.167.229	12.471.800	990.300	683.752	306.548	548.237	468.865	79.372	301.713	74.850	226.863	140.350	140.037	313
1986	22.348.713	14.042.301	8.306.412	1.170.298	1.188.110	-17.812	678.336	736.988	-58.652	289.344	150.127	139.217	202.618	300.995	-98.377
1987	26.223.957	15.049.673	11.174.284	1.387.545	888.022	499.523	831.782	574.688	257.094	287.993	65.857	222.136	267.770	247.477	20.293
1988	33.789.567	14.603.132	19.186.435	1.642.946	1.138.388	504.558	979.385	707.104	272.281	341.964	117.372	224.592	321.597	313.912	7.685
1989	34.382.620	18.263.433	16.119.187	1.379.718	2.191.679	-811.961	722.115	1.238.681	-516.566	322.932	358.640	-35.708	334.671	594.358	-259.687
1990	31.413.756	20.661.362	10.752.394	1.320.245	2.311.827	-991.582	645.140	1.399.720	-754.580	380.484	331.513	48.971	294.621	580.594	-285.973
1991	31.620.439	21.040.471	10.579.968	2.309.352	2.242.704	66.648	1.476.170	1.609.295	-133.125	496.114	220.546	275.568	337.068	412.863	-75.795
1992	35.792.986	20.554.091	15.238.895	4.097.470	2.228.563	1.868.907	3.039.984	1.731.625	1.308.359	543.320	194.998	348.322	514.166	301.940	212.226
1993	38.554.769	25.256.001	13.298.768	5.386.910	3.378.254	2.008.656	3.658.779	2.717.266	941.513	952.320	275.609	676.711	775.811	385.379	390.432
1994	43.545.149	33.078.690	10.466.459	5.921.475	4.583.271	1.338.204	4.135.864	3.661.966	473.898	1.053.623	352.455	701.168	731.988	568.850	163.138
1995	46.506.282	49.971.896	-3.465.614	6.153.768	6.843.924	-690.156	4.041.136	5.591.393	-1.550.257	1.300.733	514.654	786.079	811.899	737.877	74.022
1996	47.746.728	53.345.767	-5.599.039	7.305.282	8.301.547	-996.265	5.170.032	6.805.467	-1.635.435	1.324.582	552.230	772.343	810.668	943.841	-133.173
1997	52.994.341	59.747.227	-6.752.886	9.046.603	9.426.134	-379.531	6.769.941	7.941.276	-1.171.335	1.406.683	517.518	889.165	869.979	967.340	-97.361
1998	51.139.862	57.763.476	-6.623.614	8.878.234	9.416.203	-537.969	6.748.204	8.023.468	-1.275.264	1.249.436	350.622	898.814	880.594	1.042.113	-161.519
1999	48.011.444	49.294.639	-1.283.195	6.777.872	6.719.418	58.454	5.363.954	5.812.384	-448.430	744.484	260.362	483.922	669.634	646.672	22.962
2000	55.085.595	55.838.590	-752.995	7.733.070	7.795.394	-62.324	6.232.746	6.842.421	-609.675	831.785	351.351	480.434	668.539	601.622	66.912
2001	58.222.642	55.572.176	2.650.466	6.363.656	7.009.317	-645.661	5.002.489	6.206.180	-1.203.691	720.199	300.207	419.992	640.968	502.930	138.038
2002	60.361.786	47.240.488	13.121.298	3.310.817	5.611.214	-2.300.397	2.341.867	4.743.279	-2.401.412	558.455	383.088	175.367	410.495	484.847	-74.352
Janeiro	3.971.829	3.802.975	168.854	232.869	445.343	-212.474	142.611	372.373	-465.762	48.745	24.733	24.012	41.513	48.237	-6.724
Fevereiro	3.658.349	3.396.831	261.518	210.632	477.166	-266.534	130.706	414.475	-283.769	45.166	24.394	20.772	34.760	38.297	-3.537
Março	4.260.412	3.663.362	597.050	236.343	491.832	-255.489	150.894	419.561	-268.667	47.396	33.258	14.138	38.053	39.013	-960
Abril	4.641.400	4.139.714	501.686	271.782	525.014	-253.232	177.850	441.243	-263.393	54.107	41.686	12.421	39.825	42.085	-2.260
Mai	4.441.380	4.063.425	377.955	295.923	523.098	-227.175	200.735	452.222	-251.487	52.570	28.482	24.088	42.618	42.394	224
Junho	4.078.559	3.399.710	678.849	233.988	415.398	-181.410	166.292	350.667	-184.375	39.349	25.091	14.258	28.347	39.640	-11.293
Julho	6.223.334	5.073.513	1.198.821	298.949	528.770	-229.821	227.055	448.337	-221.282	43.235	34.010	9.225	28.659	46.423	-17.764
Agosto	5.751.020	4.174.122	1.576.898	296.204	418.329	-122.125	228.103	358.008	-129.905	42.411	30.745	11.666	25.690	29.576	-3.886
Setembro	6.491.807	4.002.265	2.489.542	286.855	388.544	-101.689	214.835	317.976	-103.141	49.285	36.691	12.594	22.735	33.877	-11.142
Outubro	6.474.408	4.283.448	2.190.960	324.579	480.170	-155.591	231.748	402.615	-170.867	58.402	40.133	18.269	34.429	37.422	-2.993
Novembro	5.126.951	3.848.667	1.278.284	306.721	480.917	-174.196	233.894	404.656	-170.762	38.682	31.315	7.367	34.145	44.946	-10.801
Dezembro	5.242.336	3.442.456	1.799.880	315.971	436.633	-120.662	237.144	361.146	-124.002	39.107	32.549	6.558	39.720	42.938	-3.218
2003	73.084.140	48.259.592	24.824.548	5.671.853	5.685.896	-14.043	4.561.146	4.673.238	-112.092	707.180	474.750	232.430	403.527	537.908	-134.381
Janeiro	4.805.211	3.650.289	1.154.922	286.758	506.153	-219.395	227.788	426.656	-198.868	35.736	38.841	-3.105	23.234	40.656	-17.422
Fevereiro	5.001.174	3.886.078	1.115.096	328.866	488.120	-159.254	260.693	420.248	-159.555	41.425	28.666	12.759	26.748	39.206	-12.458
Março	5.238.699	3.703.050	1.535.649	368.600	455.272	-86.672	295.960	388.371	-92.411	44.520	31.296	13.224	28.120	35.605	-7.485
Abril	5.710.491	3.989.697	1.720.794	396.659	562.420	-65.761	322.600	382.657	-60.057	45.859	39.943	5.916	28.200	39.820	-11.620
Mai	6.372.184	3.854.165	2.518.019	453.041	479.460	-26.419	363.512	388.578	-25.066	57.517	42.500	15.017	32.012	48.382	-16.370
Junho	5.874.570	3.520.575	2.353.995	455.388	432.343	23.045	372.859	338.809	34.050	53.584	48.741	4.843	28.945	44.793	-15.848
Julho	6.104.456	4.049.110	2.055.346	493.641	431.525	62.116	386.804	334.792	52.012	78.810	51.523	27.287	28.027	45.210	-17.183
Agosto	6.403.412	3.730.785	2.672.627	488.952	422.258	66.694	397.975	342.866	55.109	61.404	37.727	23.677	29.573	41.665	-12.092
Setembro	7.280.148	4.612.816	2.667.332	596.769	502.143	94.626	478.763	408.351	70.412	72.951	42.139	30.812	45.055	51.653	-6.598
Outubro	7.565.644	5.025.144	2.540.500	637.310	541.282	96.028	510.128	440.737	69.391	83.562	48.102	35.460	43.620	52.443	-8.823
Novembro	5.980.003	4.248.983	1.731.020	568.902	462.296	106.606	465.942	373.198	92.744	61.920	36.412	25.508	41.040	52.686	-11.646
Dezembro	6.748.148	3.988.902	2.759.246	596.964	502.625	94.339	478.122	427.976	50.146	69.891	28.859	41.032	48.951	45.790	

Obs (*) VAR % => CRITÉRIO DE CÁLCULO: Anual = Sobre o ano anterior na mesma proporção mensal / Mensal = Sobre o mês anterior.
(**) PART % => Participação percentual sobre o Total Geral do Brasil

12 ANEXO II

TABELA 9.0 – PRODUÇÃO NACIONAL SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE EM US\$ MILHÕES

PRODUÇÃO NACIONAL PARA ALGUNS SETORES SELECIONADOS US\$ milhões - 1985-2005														
ANO	S 1	S 2	S 3	S 4	S 5	S 6	S 7	S 8	S 9	S 10	S 11	S 12	S 13	S 14
1985	4.888	6.177	3.537	7.188	5.276	3.480	10.193	4.989	6.340	5.198	7.939	22.998	9.981	6.463
1986	4.554	8.238	4.314	7.756	4.798	4.125	12.597	6.269	8.017	5.275	7.411	22.329	11.684	6.911
1987	4.847	8.904	3.892	9.132	5.811	4.754	16.409	6.138	7.869	5.098	8.979	26.394	10.759	8.027
1988	5.269	10.792	4.463	11.980	6.251	5.849	20.203	7.803	12.245	5.338	10.573	29.053	12.919	11.401
1989	7.255	12.509	5.878	16.022	6.437	7.565	29.266	9.407	15.656	6.290	11.359	31.654	14.880	11.940
1990	12.638	12.769	6.200	16.276	9.554	7.617	20.340	10.924	14.497	6.706	13.894	38.873	19.459	10.641
1991	11.059	11.191	4.678	14.964	9.254	5.891	14.566	8.059	10.508	4.904	12.266	30.019	14.710	8.709
1992	10.893	11.738	4.621	13.313	9.297	6.626	15.776	8.060	10.747	4.779	11.469	34.082	13.157	8.467
1993	13.105	13.117	5.429	13.702	11.094	8.310	18.533	8.942	13.429	4.094	12.463	40.915	14.183	10.929
1994	15.179	16.512	5.503	16.008	12.577	9.026	22.105	10.620	16.718	4.408	14.568	42.831	16.071	14.012
1995	17.933	18.975	5.867	20.845	12.031	10.684	23.827	13.765	19.870	4.612	16.063	42.872	18.257	20.444
1996	18.637	21.585	6.002	21.719	13.038	11.375	23.831	13.439	19.824	6.379	17.841	44.568	18.105	21.446
1997	18.533	22.902	5.535	21.324	14.965	13.305	25.308	13.902	20.771	6.451	18.684	47.609	16.639	24.781
1998	18.388	20.712	4.859	20.199	13.053	13.860	23.055	13.067	17.878	4.902	17.620	48.142	15.848	18.811
1999	14.610	14.794	3.666	16.373	9.444	9.954	16.396	8.642	12.278	7.568	14.069	41.454	11.721	11.538
2000	16.675	14.465	4.462	22.513	11.067	10.384	22.596	10.566	16.315	14.839	16.748	55.357	13.575	15.809
2001	15.899	11.949	4.021	18.179	9.655	8.403	20.043	10.253	15.127	13.606	13.452	51.404	10.457	13.428
2002	14.896	12.344	3.802	15.418	8.818	7.396	19.568	7.493	13.708	14.319	13.158	49.227	9.085	10.854
2003	16.959	14.253	3.690	19.342	11.475	8.275	24.357	8.412	14.302	18.321	16.057	61.452	10.089	12.517
2004	21.575	17.944	4.100	22.038	13.459	9.837	35.247	10.682	20.935	19.846	21.205	72.416	13.425	19.332
2005	26.816	21.641	4.566	28.874	18.479	13.743	47.389	13.701	29.103	25.172	25.643	97.541	15.929	28.061

FONTE: ELABORADO PELA FUNCEX A PARTIR DE DADOS DO IBGE

TABELA 9.1 – IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DO MERCOSUL

IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DO MERCOSUL US\$ milhões FOB - 1985-2005														
ANO	S 1	S 2	S 3	S 4	S 5	S 6	S 7	S 8	S 9	S 10	S 11	S 12	S 13	S 14
1985	44,0	151,0	45,9	6,7	21,9	1,4	5,3	8,6	39,4	0,0	24,4	77,6	29,2	0,0
1986	165,5	209,2	113,3	6,6	25,1	1,4	6,7	15,1	43,6	0,0	33,6	83,8	63,8	0,0
1987	58,8	154,5	92,8	9,0	32,3	3,4	26,5	17,1	45,7	0,0	56,5	49,6	35,1	0,0
1988	37,2	206,4	101,8	22,5	38,4	4,1	48,6	11,0	49,5	0,0	57,0	97,6	114,7	0,1
1989	190,1	310,2	195,7	42,5	59,9	10,9	75,1	18,5	69,1	0,0	92,6	144,0	253,2	0,0
1990	292,0	472,2	132,3	48,8	75,2	8,2	87,7	22,4	90,1	0,0	90,3	116,1	187,8	0,1
1991	95,9	480,0	132,0	23,8	69,9	20,0	82,6	23,5	116,3	10,1	60,7	157,3	183,9	36,4
1992	36,8	558,8	109,6	16,8	57,7	20,4	52,8	13,9	196,0	39,3	54,7	189,9	161,6	104,5
1993	50,9	707,3	126,4	11,1	55,3	18,9	67,0	16,2	368,4	386,3	63,6	273,9	210,3	233,0
1994	143,6	758,1	125,1	17,2	67,0	33,1	66,8	24,2	514,7	510,2	46,8	278,0	313,9	305,9
1995	194,7	1.044,3	163,5	104,2	95,1	61,6	142,4	78,5	619,9	614,9	69,5	505,8	421,2	586,6
1996	201,2	797,8	152,9	133,8	104,4	102,6	148,4	66,6	589,0	956,8	86,3	644,7	545,1	1.033,1
1997	217,7	1.168,6	171,1	165,1	120,8	137,7	214,8	146,7	648,7	885,1	112,4	646,9	519,7	1.971,7
1998	182,3	1.328,1	131,1	188,3	132,7	144,7	227,4	116,4	472,6	486,0	126,0	594,5	360,5	2.389,1
1999	95,4	1.089,5	115,1	128,8	137,4	151,4	195,5	63,1	456,2	395,8	135,5	638,5	285,8	1.084,4
2000	139,2	1.075,6	118,0	171,5	155,1	129,5	216,4	89,2	448,0	1.012,0	137,7	992,1	212,4	1.157,2
2001	70,0	1.076,5	115,2	115,5	143,3	119,9	248,8	94,6	315,3	532,8	149,4	1.150,1	128,8	1.297,5
2002	79,9	923,3	69,6	106,7	115,8	96,6	182,9	56,4	276,0	310,2	153,3	1.087,7	92,7	643,1
2003	74,4	1.138,0	70,4	95,7	121,0	97,5	157,6	33,6	292,5	155,9	217,2	1.276,2	98,1	417,6
2004	87,9	984,1	72,2	102,9	143,0	125,2	183,9	42,7	469,9	114,3	336,7	1.713,1	137,2	470,8
2005	104,4	886,3	47,8	117,8	194,9	143,0	179,4	60,6	571,1	96,5	340,5	1.786,4	122,7	799,9

FONTE: ELABORADO PELA FUNCEX A PARTIR DE DADOS DA SECEX/MDIC

TABELA 9.2 – IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DO RESTO DO MUNDO

NÍVEL DE IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DO RESTO DO MUNDO US\$ milhões FOB - 1985-2005														
ANO	S 1	S 2	S 3	S 4	S 5	S 6	S 7	S 8	S 9	S 10	S 11	S 12	S 13	S 14
1985	11,4	545,4	35,2	111,1	638,4	149,1	701,4	397,7	829,1	5869,7	463,9	565,3	31,2	4,5
1986	310,0	338,5	68,8	184,8	995,9	212,1	1078,3	589,7	1124,1	3254,0	600,9	660,9	68,4	12,6
1987	136,7	191,6	109,9	259,2	1045,0	217,2	1351,7	585,3	1324,3	4357,3	606,9	737,1	83,1	8,9
1988	9,8	15,9	75,9	245,4	1092,3	219,5	1642,2	780,5	993,2	3698,0	625,1	805,1	82,0	4,5
1989	203,8	81,9	143,2	333,0	1201,0	315,1	1763,1	718,6	1084,8	3902,3	678,8	921,1	103,7	5,3
1990	49,0	85,7	85,7	317,9	1412,6	422,7	2392,0	802,9	1219,6	4856,9	684,2	1064,1	165,2	30,2
1991	71,1	390,8	100,1	395,5	1476,2	483,3	2436,3	704,7	1193,6	3939,0	732,1	1510,9	236,8	159,6
1992	105,4	252,0	76,2	287,9	1292,3	417,6	2328,4	701,4	1296,6	3609,8	848,7	1701,0	239,2	237,8
1993	39,6	388,1	127,3	376,5	1563,0	561,6	2608,0	873,3	1466,9	2316,4	1033,2	3133,2	758,5	650,7
1994	42,0	504,5	170,0	495,3	2102,1	846,1	3693,1	1303,2	2188,5	2370,6	1290,0	2924,0	767,0	1536,0
1995	74,7	506,1	290,6	1214,9	2736,2	1168,7	6111,0	1751,3	2652,9	2588,0	1582,2	4240,0	1243,1	3279,9
1996	59,1	295,3	263,9	1190,7	2847,6	1458,8	6728,1	2065,6	3176,6	3133,2	1902,9	4684,0	1155,7	1078,9
1997	76,3	424,9	253,7	1230,1	2902,0	1657,8	8081,6	2504,6	4171,2	2866,7	2179,1	4918,8	1179,7	1432,8
1998	87,3	375,1	180,9	1203,1	2884,0	1842,7	7789,4	2550,3	4521,6	2115,1	2321,1	4308,2	986,0	1437,8
1999	53,8	200,8	115,0	882,7	2683,0	2116,1	6155,2	2452,1	4357,3	2303,0	2158,0	4337,2	688,1	721,0
2000	40,9	160,8	153,2	984,6	2667,1	1968,2	5486,8	2513,6	4641,8	2700,3	2550,4	6447,7	809,8	756,8
2001	37,9	141,4	168,8	830,3	2867,4	2098,3	6132,0	3501,9	4704,1	3227,7	2516,2	5503,8	596,4	735,7
2002	36,4	256,0	156,2	598,3	2497,7	2051,3	5162,2	2966,6	3958,3	3626,5	2447,4	4487,4	516,6	465,2
2003	40,4	245,7	157,7	539,4	2616,2	2034,3	4705,7	2496,8	4086,2	4266,6	3078,3	4209,5	545,3	452,3
2004	53,5	170,6	206,4	718,1	3451,5	2373,9	5534,9	2344,1	5474,0	7533,6	4404,7	5165,3	693,9	433,2
2005	53,3	138,2	283,4	840,0	3614,7	2690,8	6976,2	2595,8	6587,5	8874,6	4031,9	6680,0	771,4	670,4

FONTE: ELABORADO PELA FUNCEX A PARTIR DE DADOS DA SECEX/MDIC

TABELA 9.3 – CONSUMO APARENTE BRASILEIRO

CONSUMO APARENTE BRASILEIRO US\$ milhões - 1985-2005														
ANO	S 1	S 2	S 3	S 4	S 5	S 6	S 7	S 8	S 9	S 10	S 11	S 12	S 13	S 14
1985	4.944	6.873	3.618	7.306	5.936	3.631	10.899	5.395	7.208	11.068	8.428	23.641	10.042	6.468
1986	5.029	8.786	4.496	7.948	5.819	4.339	13.682	6.874	9.185	8.529	8.046	23.074	11.817	6.924
1987	5.043	9.250	4.095	9.401	6.888	4.975	17.787	6.741	9.239	9.456	9.643	27.180	10.878	8.036
1988	5.316	11.014	4.641	12.248	7.382	6.073	21.894	8.594	13.288	9.036	11.256	29.956	13.116	11.405
1989	7.649	12.902	6.217	16.398	7.698	7.891	31.104	10.144	16.810	10.193	12.130	32.719	15.237	11.946
1990	12.979	13.327	6.418	16.643	11.041	8.048	22.820	11.749	15.807	11.562	14.668	40.053	19.812	10.671
1991	11.226	12.061	4.910	15.383	10.800	6.394	17.084	8.787	11.818	8.853	13.059	31.688	15.131	8.905
1992	11.035	12.549	4.807	13.618	10.647	7.064	18.158	8.775	12.239	8.428	12.373	35.973	13.558	8.810
1993	13.195	14.212	5.682	14.089	12.713	8.890	21.208	9.832	15.264	6.797	13.560	44.322	15.152	11.813
1994	15.365	17.774	5.798	16.521	14.746	9.905	25.865	11.948	19.421	7.288	15.905	46.033	17.152	15.854
1995	18.203	20.526	6.321	22.164	14.862	11.915	30.081	15.595	23.143	7.815	17.715	47.618	19.922	24.311
1996	18.897	22.678	6.419	23.044	15.990	12.937	30.708	15.571	23.589	10.469	19.831	49.897	19.806	23.558
1997	18.827	24.495	5.960	22.720	17.988	15.100	33.604	16.554	25.591	10.203	20.975	53.175	18.339	28.185
1998	18.658	22.415	5.171	21.590	16.069	15.848	31.072	15.734	22.873	7.503	20.067	53.045	17.194	22.638
1999	14.760	16.085	3.896	17.384	12.265	12.222	22.747	11.157	17.091	10.267	16.363	46.429	12.695	13.343
2000	16.855	15.701	4.733	23.669	13.889	12.482	28.299	13.168	21.405	18.551	19.437	62.797	14.597	17.723
2001	16.007	13.167	4.305	19.125	12.666	10.621	26.424	13.849	20.146	17.366	16.118	58.058	11.183	15.462
2002	15.013	13.523	4.028	16.123	11.432	9.544	24.913	10.516	17.943	18.256	15.759	54.802	9.695	11.962
2003	17.074	15.637	3.918	19.977	14.212	10.407	29.221	10.943	18.680	22.743	19.352	66.938	10.732	13.387
2004	21.716	19.099	4.378	22.859	17.054	12.336	40.966	13.069	26.879	27.494	25.946	79.294	14.257	20.236
2005	26.974	22.665	4.897	29.832	22.289	16.577	54.545	16.358	36.262	34.143	30.015	106.007	16.823	29.531

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS DA FUNCEX

TABELA 9.4 – PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL NO CONSUMO APARENTE

PRODUÇÃO NACIONAL PARA SETORES SELECIONADOS % DO CONSUMO APARENTE - 1985-2005														
ANC	S 1	S 2	S 3	S 4	S 5	S 6	S 7	S 8	S 9	S 10	S 11	S 12	S 13	S 14
1985	98,9%	89,9%	97,8%	98,4%	88,9%	95,9%	93,5%	92,5%	88,0%	47,0%	94,2%	97,3%	99,4%	99,9%
1986	90,5%	93,8%	95,9%	97,6%	82,5%	95,1%	92,1%	91,2%	87,3%	61,8%	92,1%	96,8%	98,9%	99,8%
1987	96,1%	96,3%	95,0%	97,1%	84,4%	95,6%	92,3%	91,1%	85,2%	53,9%	93,1%	97,1%	98,9%	99,9%
1988	99,1%	98,0%	96,2%	97,8%	84,7%	96,3%	92,3%	90,8%	92,2%	59,1%	93,9%	97,0%	98,5%	100,0%
1989	94,9%	97,0%	94,5%	97,7%	83,6%	95,9%	94,1%	92,7%	93,1%	61,7%	93,6%	96,7%	97,7%	100,0%
1990	97,4%	95,8%	96,6%	97,8%	86,5%	94,6%	89,1%	93,0%	91,7%	58,0%	94,7%	97,1%	98,2%	99,7%
1991	98,5%	92,8%	95,3%	97,3%	85,7%	92,1%	85,3%	91,7%	88,9%	55,4%	93,9%	94,7%	97,2%	97,8%
1992	98,7%	93,5%	96,1%	97,8%	87,3%	93,8%	86,9%	91,8%	87,8%	56,7%	92,7%	94,7%	97,0%	96,1%
1993	99,3%	92,3%	95,5%	97,2%	87,3%	93,5%	87,4%	91,0%	88,0%	60,2%	91,9%	92,3%	93,6%	92,5%
1994	98,8%	92,9%	94,9%	96,9%	85,3%	91,1%	85,5%	88,9%	86,1%	60,5%	91,6%	93,0%	93,7%	88,4%
1995	98,5%	92,4%	92,8%	94,0%	80,9%	89,7%	79,2%	88,3%	85,9%	59,0%	90,7%	90,0%	91,6%	84,1%
1996	98,6%	95,2%	93,5%	94,3%	81,5%	87,9%	77,6%	86,3%	84,0%	60,9%	90,0%	89,3%	91,4%	91,0%
1997	98,4%	93,5%	92,9%	93,9%	83,2%	88,1%	75,3%	84,0%	81,2%	63,2%	89,1%	89,5%	90,7%	87,9%
1998	98,6%	92,4%	94,0%	93,6%	81,2%	87,5%	74,2%	83,1%	78,2%	65,3%	87,8%	90,8%	92,2%	83,1%
1999	99,0%	92,0%	94,1%	94,2%	77,0%	81,4%	72,1%	77,5%	71,8%	73,7%	86,0%	89,3%	92,3%	86,5%
2000	98,9%	92,1%	94,3%	95,1%	79,7%	83,2%	79,8%	80,2%	76,2%	80,0%	86,2%	88,2%	93,0%	89,2%
2001	99,3%	90,8%	93,4%	95,1%	76,2%	79,1%	75,9%	74,0%	75,1%	78,3%	83,5%	88,5%	93,5%	86,8%
2002	99,2%	91,3%	94,4%	95,6%	77,1%	77,5%	78,5%	71,3%	76,4%	78,4%	83,5%	89,8%	93,7%	90,7%
2003	99,3%	91,2%	94,2%	96,8%	80,7%	79,5%	83,4%	76,9%	76,6%	80,6%	83,0%	91,8%	94,0%	93,5%
2004	99,3%	94,0%	93,6%	96,4%	78,9%	79,7%	86,0%	81,7%	77,9%	72,2%	81,7%	91,3%	94,2%	95,5%
2005	99,4%	95,5%	93,2%	96,8%	82,9%	82,9%	86,9%	83,8%	80,3%	73,7%	85,4%	92,0%	94,7%	95,0%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

TABELA 9.5 – PARTICIPAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DO MERCOSUL NO CONSUMO APARENTE

IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DO MERCOSUL % DO CONSUMO APARENTE - 1985-2005														
ANO	S 1	S 2	S 3	S 4	S 5	S 6	S 7	S 8	S 9	S 10	S 11	S 12	S 13	S 14
1985	0,9%	2,2%	1,3%	0,1%	0,4%	0,0%	0,0%	0,2%	0,5%	0,0%	0,3%	0,3%	0,3%	0,0%
1986	3,3%	2,4%	2,5%	0,1%	0,4%	0,0%	0,0%	0,2%	0,5%	0,0%	0,4%	0,4%	0,5%	0,0%
1987	1,2%	1,7%	2,3%	0,1%	0,5%	0,1%	0,1%	0,3%	0,5%	0,0%	0,6%	0,2%	0,3%	0,0%
1988	0,7%	1,9%	2,2%	0,2%	0,5%	0,1%	0,2%	0,1%	0,4%	0,0%	0,5%	0,3%	0,9%	0,0%
1989	2,5%	2,4%	3,1%	0,3%	0,8%	0,1%	0,2%	0,2%	0,4%	0,0%	0,8%	0,4%	1,7%	0,0%
1990	2,2%	3,5%	2,1%	0,3%	0,7%	0,1%	0,4%	0,2%	0,6%	0,0%	0,6%	0,3%	0,9%	0,0%
1991	0,9%	4,0%	2,7%	0,2%	0,6%	0,3%	0,5%	0,3%	1,0%	0,1%	0,5%	0,5%	1,2%	0,4%
1992	0,3%	4,5%	2,3%	0,1%	0,5%	0,3%	0,3%	0,2%	1,6%	0,5%	0,4%	0,5%	1,2%	1,2%
1993	0,4%	5,0%	2,2%	0,1%	0,4%	0,2%	0,3%	0,2%	2,4%	5,7%	0,5%	0,6%	1,4%	2,0%
1994	0,9%	4,3%	2,2%	0,1%	0,5%	0,3%	0,3%	0,2%	2,7%	7,0%	0,3%	0,6%	1,8%	1,9%
1995	1,1%	5,1%	2,6%	0,5%	0,6%	0,5%	0,5%	0,5%	2,7%	7,9%	0,4%	1,1%	2,1%	2,4%
1996	1,1%	3,5%	2,4%	0,6%	0,7%	0,8%	0,5%	0,4%	2,5%	9,1%	0,4%	1,3%	2,8%	4,4%
1997	1,2%	4,8%	2,9%	0,7%	0,7%	0,9%	0,6%	0,9%	2,5%	8,7%	0,5%	1,2%	2,8%	7,0%
1998	1,0%	5,9%	2,5%	0,9%	0,8%	0,9%	0,7%	0,7%	2,1%	6,5%	0,6%	1,1%	2,1%	10,6%
1999	0,6%	6,8%	3,0%	0,7%	1,1%	1,2%	0,9%	0,6%	2,7%	3,9%	0,8%	1,4%	2,3%	8,1%
2000	0,8%	6,9%	2,5%	0,7%	1,1%	1,0%	0,8%	0,7%	2,1%	5,5%	0,7%	1,6%	1,5%	6,5%
2001	0,4%	8,2%	2,7%	0,6%	1,1%	1,1%	0,9%	0,7%	1,6%	3,1%	0,9%	2,0%	1,2%	8,4%
2002	0,5%	6,8%	1,7%	0,7%	1,0%	1,0%	0,7%	0,5%	1,5%	1,7%	1,0%	2,0%	1,0%	5,4%
2003	0,4%	7,3%	1,8%	0,5%	0,9%	0,9%	0,5%	0,3%	1,6%	0,7%	1,1%	1,9%	0,9%	3,1%
2004	0,4%	5,2%	1,6%	0,5%	0,8%	1,0%	0,4%	0,3%	1,7%	0,4%	1,3%	2,2%	1,0%	2,3%
2005	0,4%	3,9%	1,0%	0,4%	0,9%	0,9%	0,3%	0,4%	1,6%	0,3%	1,1%	1,7%	0,7%	2,7%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

TABELA 9.6 – PARTICIPAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DO RESTO DO MUNDO NO CONSUMO APARENTE

NÍVEL DE IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DO RESTO DO MUNDO % DO CONSUMO APARENTE - 1985-2005														
ANO	S 1	S 2	S 3	S 4	S 5	S 6	S 7	S 8	S 9	S 10	S 11	S 12	S 13	S 14
1985	0,2%	7,9%	1,0%	1,5%	10,8%	4,1%	6,4%	7,4%	11,5%	53,0%	5,5%	2,4%	0,3%	0,1%
1986	6,2%	3,9%	1,5%	2,3%	17,1%	4,9%	7,9%	8,6%	12,2%	38,2%	7,5%	2,9%	0,6%	0,2%
1987	2,7%	2,1%	2,7%	2,8%	15,2%	4,4%	7,6%	8,7%	14,3%	46,1%	6,3%	2,7%	0,8%	0,1%
1988	0,2%	0,1%	1,6%	2,0%	14,8%	3,6%	7,5%	9,1%	7,5%	40,9%	5,6%	2,7%	0,6%	0,0%
1989	2,7%	0,6%	2,3%	2,0%	15,6%	4,0%	5,7%	7,1%	6,5%	38,3%	5,6%	2,8%	0,7%	0,0%
1990	0,4%	0,6%	1,3%	1,9%	12,8%	5,3%	10,5%	6,8%	7,7%	42,0%	4,7%	2,7%	0,8%	0,3%
1991	0,6%	3,2%	2,0%	2,6%	13,7%	7,6%	14,3%	8,0%	10,1%	44,5%	5,6%	4,8%	1,6%	1,8%
1992	1,0%	2,0%	1,6%	2,1%	12,1%	5,9%	12,8%	8,0%	10,6%	42,8%	6,9%	4,7%	1,8%	2,7%
1993	0,3%	2,7%	2,2%	2,7%	12,3%	6,3%	12,3%	8,9%	9,6%	34,1%	7,6%	7,1%	5,0%	5,5%
1994	0,3%	2,8%	2,9%	3,0%	14,3%	8,5%	14,3%	10,9%	11,3%	32,5%	8,1%	6,4%	4,5%	9,7%
1995	0,4%	2,5%	4,6%	5,5%	18,4%	9,8%	20,3%	11,2%	11,5%	33,1%	8,9%	8,9%	6,2%	13,5%
1996	0,3%	1,3%	4,1%	5,2%	17,8%	11,3%	21,9%	13,3%	13,5%	29,9%	9,6%	9,4%	5,8%	4,6%
1997	0,4%	1,7%	4,3%	5,4%	16,1%	11,0%	24,0%	15,1%	16,3%	28,1%	10,4%	9,3%	6,4%	5,1%
1998	0,5%	1,7%	3,5%	5,6%	17,9%	11,6%	25,1%	16,2%	19,8%	28,2%	11,6%	8,1%	5,7%	6,4%
1999	0,4%	1,2%	3,0%	5,1%	21,9%	17,3%	27,1%	22,0%	25,5%	22,4%	13,2%	9,3%	5,4%	5,4%
2000	0,2%	1,0%	3,2%	4,2%	19,2%	15,8%	19,4%	19,1%	21,7%	14,6%	13,1%	10,3%	5,5%	4,3%
2001	0,2%	1,1%	3,9%	4,3%	22,6%	19,8%	23,2%	25,3%	23,3%	18,6%	15,6%	9,5%	5,3%	4,8%
2002	0,2%	1,9%	3,9%	3,7%	21,8%	21,5%	20,7%	28,2%	22,1%	19,9%	15,5%	8,2%	5,3%	3,9%
2003	0,2%	1,6%	4,0%	2,7%	18,4%	19,5%	16,1%	22,8%	21,9%	18,8%	15,9%	6,3%	5,1%	3,4%
2004	0,2%	0,9%	4,7%	3,1%	20,2%	19,2%	13,5%	17,9%	20,4%	27,4%	17,0%	6,5%	4,9%	2,1%
2005	0,2%	0,6%	5,8%	2,8%	16,2%	16,2%	12,8%	15,9%	18,2%	26,0%	13,4%	6,3%	4,6%	2,3%

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

QUADRO 9.1 – ANÁLISE DOS EFEITOS DO LIVRE COMÉRCIO

ANÁLISE DOS EFEITOS DO LIVRE COMÉRCIO					
SETORES	ΔS_d	ΔS_m	Δs_{row}	EFEITOS	
1 ABATE DE ANIMAIS	↑	↓	↓	EFEITO 1 - SUBST. DE IMP.	
2 BENEFICIAMENTO DE PROD. VEGETAIS	↑	↑	↓	EFEITO 3 - DESVIO DE COMÉRCIO	
3 CALÇADOS COUROS E PELES	↓	↓	↑	EFEITO 2 - SUBST. DE IMP. EXTRA BLOCO	
4 CELULOSE, PAPEL E GRÁFICA	↓	↑<	↑	EFEITO 4 - CRIAÇÃO E ABERTURA	
5 ELEMENTOS QUÍMICOS	↓	↑<	↑	EFEITO 4 - CRIAÇÃO E ABERTURA	
6 FARMACÊUTICA E PERFUMARIA	↓	↑<	↑	EFEITO 4 - CRIAÇÃO E ABERTURA	
7 MÁQUINAS E TRATORES	↓	↑<	↑	EFEITO 4 - CRIAÇÃO E ABERTURA	
8 MATERIAL ELÉTRICO	↓	↑<	↑	EFEITO 4 - CRIAÇÃO E ABERTURA	
9 PEÇAS E OUTROS VEÍCULOS	↓	↑<	↑	EFEITO 4 - CRIAÇÃO E ABERTURA	
10 PETRÓLEO E CARVÃO	↑	↑	↓	EFEITO 3 - DESVIO DE COMÉRCIO	
11 QUÍMICOS DIVERSOS	↓	↑<	↑	EFEITO 4 - CRIAÇÃO E ABERTURA	
12 REFINO DE PETRÓLEO E PETROQUÍMICOS	↓	↑<	↑	EFEITO 4 - CRIAÇÃO E ABERTURA	
13 TÊXTIL	↓	↑<	↑	EFEITO 4 - CRIAÇÃO E ABERTURA	
14 VEÍCULOS AUTOMOTORES	↓	↑>	↑	EFEITO 5 - CRIAÇÃO DE COMÉRCIO	

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

13 BIBLIOGRAFIA

AMADO, A. M.; MOLLO, M. L. **Ortodoxia e heterodoxia na discussão sobre a integração regional: a origem do pensamento da CEPAL e seus desenvolvimentos posteriores.** ANPEC. Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A34.pdf>. Acesso em 01 de maio de 2007.

BRANDÃO, A. S. P.; PEREIRA, L. V. **Mercosul Perspectivas da Integração.** FGV: São Paulo, 1997.

- . **A Formação dos Blocos Regionais: Blocos Econômicos.** COCE. Disponível em <http://www.cocemsuacasa.com.br/ebook/pages/434.htm>. Acesso em 15 de março de 2007.

D'ARCY, F. **União Européia: Instituições, políticas e desafios.** Konrad Adenauer – Stiftung: São Paulo, 2002.

-. **O Mercosul.** DHNET. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/mercosul/mercosul/mercosul.htm>. Acesso em 15 de março de 2007.

Europa – O portal da União Européia. Disponível em www.europa.eu/index_pt.htm. Acesso em 12 de abril de 2007.

GOMES, E. B. **Comércio Internacional e Comunidade Sul-Americana de Nações.** Sérgio Antônio Fabris: São Paulo, 2007.

HAFFNER, J. A. H. **A CEPAL e a integração regional latino-americana.** UFRGS. Disponível em http://www.ufrgs.br/fce/rae/edicoes_anteriores/pdf_edicao37/artigo06.pdf. Acesso em 15 de maio de 2007.

HOFMEISTER, W. (Org). **Anuário Brasil – Europa 2005**. Konrad Adenauer – Stiftung: São Paulo, 2006.

KINDLEBERGER, C. P. **Economia Internacional**. Mestre Jou: São Paulo, 1974.

MAIA, J. DE M. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. Atlas: São Paulo, 1994.

MAIA, J. DE M. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 6ª Ed. Atlas: São Paulo, 2000.

MAIA, J. DE M. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 11ª Ed. Atlas: São Paulo, 2007.

Mercosul – Portal Oficial. Disponível em www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/pt/index.htm. Acesso em 01 de maio de 2007.

MOREIRA, I. **O Espaço Geográfico: Geografia Geral e do Brasil**. Ática: São Paulo, 1998.

NONNEMBERG, M. J. B.; MENDONÇA, M. J. C. **Criação e desvio de comércio no Mercosul: o caso dos produtos agrícolas**. IPEA: Rio de Janeiro, 1999.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 5ª Ed. Prentice Hall: São Paulo, 2004.

SALVATORE, D. **Economia Internacional**. McGraw-Hill: São Paulo, 1978.

SALVATORE, D. **Economia Internacional**. LTC: Rio de Janeiro, 2000.

SAMPAIO, E.; SALGADO, L. H. (Orgs). **Defesa da Concorrência: A Prática Brasileira e a Experiência Internacional**. BNDES: Brasília, 1993.

SABBATINI, R. C. **Regionalismo, Multilateralismo e Mercosul: evidências da inserção comercial brasileira após alguns anos de abertura**. UNICAMP. Disponível em www.eco.unicamp.br/neit/download/teses/tesemsabbatini.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2007.

SECURATO, J. R.; OLIVEIRA, E. F. **Medindo o grau de globalização da economia – 1990 / 1998**. Disponível em <http://www.fundacaofia.com.br/labfin/pesquisa/artigos/arquivos/211.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2007.

VASCONCELOS, C. R. F. **Criação e desvio de comércio: análise do fluxo comercial entre o Brasil e o Mercosul para alguns produtos industrializados**. UFRGS. Disponível em http://www.ufrgs.br/fce/rae/edicoes_anteriores/pdf_edicao36/artigo07.pdf. Acesso em 01 de junho de 2007.

WIKIPÉDIA. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Euro>. Acesso em 22 de abril de 2007.